DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, quarta-feira, 18 de março de 1981 — ANO V — Nº 52

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 5.838, DE 13 DE MARÇO DE 1981

Inclui Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º, item I, e 5º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º — Fica incluída, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal — Parte referente à Administração Regional do Gama, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtida mediante transformação da Função em Comissão ali indicada.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1981

93º da República e 21º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

ANEXO

DECRETO Nº 5.838, DE 13 DE MARÇO DE 1981

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				DIVISÃO DE OBRAS		
01	Encarregado de Turma de Conservação e Reparos	FC-12	01	Encarregado de Turma de Conservação e Reparos	DAI-111.1	Agente de Serviços de Engenharia ou Artífice de Obras Civis.

DECRETO Nº 5.841, DE 17 DE MARÇO DE 1981

Altera o Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, que dispõe sobre o Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º — A observância da correlação exigida nas designações para o exercício das funções integrantes do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, Código DAI-110, na forma do disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, poderá ser dispensada, temporariamente, nas seguintes hipóteses:

I — inexistência de servidores incluídos na Categoria Funcional correlata;

II — insuficiência de servidores da Categoria Funcional indicada na correlação, na lotação da unidade;

III — conveniência e necessidade da Administração em fazer recair a escolha em servidor que, embora pertencendo a Categoria Funcional diversa, seja portador da habilitação profissional de nível superior ou médio exigida para a Categoria Funcional correlata.

Parágrafo único — Nos casos de que trata o item III, a gratificação pelo exercício de função será devida no valor decorrente da correlação com a Categoria Funcional constante do decreto de implantação.

Art. 2º — O item IV, do artigo 4º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, passa a vigorar com a redação a seguir:

"Art. 4º — .....

IV — criação de funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, Código DAI-110, sem a correspondente transformação ou supressão de funções em comissão, poderá ocorrer, dentro de cada unidade de lotação, antes do desaparecimento de todas as atuais funções em comissão existentes nessa unidade, nos casos em que se destinem a atender ao adequado funcionamento do serviço ou à ampliação das estruturas organizacionais, desde que observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 5.389, de 12 de agosto de 1980."

Art. 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de março de 1981

93º da República e 21º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 5.842, DE 17 DE MARÇO DE 1981

Inclui Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º, item I, e 5º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980.

ÍNDICE

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1

SECRETARIA DO GOVERNO 6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 7

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 9

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS 11

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 14

TRIBUNAL DE CONTAS 12

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 22

Progressão Funcional: leia Dec. 5.411, no D.O. de 21/08/80

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no andar térreo do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3º andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇAO: Direto: 225-7803
PABX 225- 6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto . 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇOES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 1.220,00
Semestral ..... Cr$ 610,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 900,00
Semestral ..... Cr$ 450,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATERIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Orgãos Governamentais (GDF) ..... Cr$ 20,00
Particulares ..... Cr$ 42,70

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal - Parte referente à Secretaria de Administração, Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtida mediante transformação da Função em Comissão ali indicada.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1981

93º da República e 21º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

ANEXO

DECRETO Nº 5.842, DE 17 DE MARÇO DE 1981

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES EM COMISSÃO TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL		
				DIVISÃO DE CONTROLE DE PESSOAL REGIDO PELA CLT		
01	Chefe da Seção de Regime Financeiro da CLT	FC-05	01	Chefe da Seção de Regime Financeiro da CLT	DAI-111.3	Agente Administrativo

DECRETO Nº 5.843 DE 17 DE MARÇO DE 1981

Inclui Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º, itens I e II, e 5º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam incluídas, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal — Parte referente à Secretaria de Administração, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtidas mediante transformação ou supressão das Funções em Comissão ali indicadas.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1981

93º da República e 21º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

ANEXO

DECRETO Nº 5.843, DE 17 DE MARÇO DE 1981

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
NÚMERO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	NÚMERO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS		
				DIVISÃO DE MANUTENÇÃO		
1	Chefe do Posto de Abastecimento nº 03	FC-08	1	Chefe do Posto de Abastecimento nº 03	DAI-111.3	Agente Administrativo

DECRETO Nº 5.844, DE 17 DE MARÇO DE 1981

Inclui Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º, item II, e 5º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º — Fica incluída, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal — Parte referente à Secretaria de Administração, Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtida mediante supressão da Função em Comissão ali indicada.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1981

93º da República e 21º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

ANEXO

DECRETO Nº 5.844, DE 17 DE MARÇO DE 1981

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
NÚMERO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	NÚMERO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS		
				DIVISÃO DE CONTROLE DE IMÓVEIS		
	Assistente	PC-04	01	Assistente	DAI-112.3	Agente Administrativo

DECRETO Nº 5.845, DE 17 DE MARÇO DE 1981

Altera o Anexo do Decreto nº 5.258, de 28 de maio de 1980, cria empregos permanentes e funções de direção e assistência intermediárias para constituição da Tabela de Empregos de Serviços de Limpeza Pública, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, do Decreto nº 5.258, de 28 de maio de 1980,

DECRETA:

Art. 1º — A classificação dos empregos e respectivas referências salariais da Tabela de Empregos de Serviços de Limpeza Pública, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, de que trata o Anexo do Decreto nº 5.258, de 28 de maio de 1980, passam a ser as constantes do Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único — Os valores das referências indicadas no Anexo I, de acordo com o disposto no parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto nº 5.258, de 1980, são os que constam do Anexo III, do Decreto-Lei nº 1.831, de 22 de dezembro de 1980.

Art. 2º — São criados, na forma do Anexo II, empregos permanentes para composição das Categorias Funcionais integrantes da Tabela de Empregos de Serviços de Limpeza Pública, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

Art. 3º — São criadas, na Tabela de Empregos de Serviços de Limpeza Pública, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, funções de direção e assistência intermediárias, classificadas nos termos do Anexo III.

Parágrafo único — As funções a que se refere este artigo distribuir-se-ão em três níveis hierárquicos, cujos valores de retribuição são os fixados no Anexo IV.

Art. 4º — A implantação das funções de direção e assistência intermediárias efetivar-se-á a partir da data da publicação do decreto que incluir os empregados da atual Tabela de Empregos Permanentes nas Categorias Funcionais da Tabela de Empregos de Serviços de Limpeza Pública, mediante a transformação ou supressão dos empregos em comissão que se encontrarem vagos ou à medida em que forem vagando os que estiverem ocupados.

Art. 5º — A designação para o exercício de função de direção ou de assistência intermediária compete ao Superintendente do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e somente poderá recair em empregado da Tabela de Empregos de Serviços de Limpeza Pública.

Art. 6º — O empregado designado para exercer função de direção ou de assistência intermediária perceberá o salário do emprego permanente de que for titular, a gratificação de função e demais vantagens pecuniárias a que fizer jus nos termos do artigo 5º do Decreto nº 5.258, de 1980.

Art. 7º — O enquadramento nas Categorias Funcionais de Agente de Limpeza Pública e de Motorista Especializado dos titulares dos empregos abaixo relacionados, da atual Tabela de Empregos Permanentes, será efetivado de conformidade com o seguinte critério:

I — Agente de Limpeza Pública — os empregos de Inspetor de Limpeza e os de Fiscal de Limpeza;

II — Auxiliar Operacional de Limpeza Pública — os empregos de Apontador Fiscal;

III — Motorista Especializado II — os empregos de Motorista "C";

IV — Motorista Especializado I — os empregos de Motorista "A", cujos ocupantes exercem atividades relativas a trabalhos de limpeza e higienização de vias e logradouros públicos.

Art. 8º — As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

Art. 9º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1981
93º da República e 21º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
JOSÉ GERALDO MACIEL

ANEXO I
(Decreto nº 5845, de 17 de março de 1981)
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA
CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREGOS E REFERÊNCIAS SALARIAIS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	REFERÊNCIAS SALARIAIS
Agente de Limpeza Pública	NM.17 a NM.32
Auxiliar Operacional de Limpeza Pública	NM.11 a NM.16
Operador de Máquinas Pesadas	NM.16 a NM.32
Operador de Varredeira Mecânica	NM.16 a NM.32
Operador de Máquinas Leves	NM.13 a NM.29
Motorista Especializado II	NM.13 a NM.29
Motorista Especializado I	NM.7 a NM.12
Gari	NM.3 a NM.12

ANEXO II
(Decreto nº 5.845, de 17 de março de 1981)
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA
TABELA DE EMPREGOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
EMPREGOS PERMANENTES

CATEGORIAS FUNCIONAIS	NÚMERO DE EMPREGOS
Agente de Limpeza Pública	102
Auxiliar Operacional de Limpeza Pública	29
Operador de Máquinas Pesadas	21
Operador de Varredeira Mecânica	4
Operador de Máquinas Leves	56
Motorista Especializado II	177
Motorista Especializado I	35
Gari	1.655
T O T A L	2.079

ANEXO III
(Decreto nº 5.845, de 17 de março de 1981)
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA
TABELA DE EMPREGOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
FUNÇÕES DE DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

NÚMERO DE FUNÇÕES	DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES	CÓDIGO E NÍVEL
	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	
3	Assistente	LT-DAI-112.3
1	Chefe do Distrito Metropolitano de Coleta	LT-DAI-111.3
5	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.2
1	Chefe do Distrito Metropolitano de Varrição	LT-DAI-111.3
5	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.2
1	Chefe do Distrito de Limpeza de Taguatinga	LT-DAI-111.3
4	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.2
1	Chefe do Distrito de Limpeza do Gama	LT-DAI-111.3
3	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.2
1	Chefe do Distrito de Limpeza de Sobradinho	LT-DAI-111.3
2	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.1
1	Chefe do Distrito de Limpeza de Planaltina	LT-DAI-111.3
1	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.1
1	Chefe do Distrito de Limpeza de Brazlândia	LT-DAI-111.3
1	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.1
1	Chefe do Núcleo de Operações Especiais	LT-DAI-111.3
3	Encarregado de Limpeza Pública	LT-DAI-111.2

ANEXO IV
(Decreto nº 5.845, de 17 de março de 1981)
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA
TABELA DE EMPREGOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
ESCALA DE RETRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE
DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

NÍVEIS	VALOR MENSAL DA GRATIFICAÇÃO CR$
DAI-3	7.944,00
DAI-2	6.885,00
DAI-1	5.294,00

DECRETO Nº 5.846 DE 17 DE MARÇO DE 1981

Aprova a lotação do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 8º, item II, da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e o artigo 8º, do Decreto nº 2.771, de 25 de novembro de 1974,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovada, na forma dos Anexos deste Decreto, a lotação do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, com a respectiva distribuição por classes das diversas Categorias Funcionais que a compõem.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1981

93º da República e 21º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
JOSÉ GERALDO MACIEL

ANEXO I

(Decreto nº 5.846, de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

GRUPOS DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

NÚMERO DE FUNÇÕES	UNIDADES ORGANIZACIONAIS / DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES	CÓDIGO
	GRUPO - DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - LT-DAS-100	
	SUPERINTENDÊNCIA	
1	Superintendente	LT-DAS-101.3
5	Assessor	LT-DAS-102.1
	GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	
1	Gerente	LT-DAS-101.1
	GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
1	Gerente	LT-DAS-101.1
	GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS	
1	Gerente	LT-DAS-101.1
	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	
1	Gerente	LT-DAS-101.1
	SERVIÇO JURÍDICO	
1	Chefe de Serviço	LT-DAS-101.1
	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	GRUPO - DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS - LT-DAI-110	
	GABINETE DO SUPERINTENDENTE	
1	Secretário Administrativo	LT-DAI-112.2
	SECRETARIA EXECUTIVA	
1	Chefe	LT-DAI-111.3
2	Assistente	LT-DAI-112.2
	GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	
3	Assistente	LT-DAI-112.3
1	Chefe do Núcleo de Programação e Controle	LT-DAI-111.3
1	Chefe do Núcleo de Apropriação e Custos	LT-DAI-111.3
	GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3	Assistente	LT-DAI-112.3
1	Chefe da Usina de Tratamento de Lixo	LT-DAI-111.3
1	Encarregado de Controle de Qualidade	LT-DAI-111.2
1	Encarregado de Manutenção Mecânica	LT-DAI-111.1
1	Encarregado de Manutenção Elétrica	LT-DAI-111.1
1	Chefe do Núcleo de Aterros Sanitários	LT-DAI-111.3
	GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS	
3	Assistente	LT-DAI-112.3
1	Chefe do Núcleo de Transportes	LT-DAI-111.3
1	Chefe do Núcleo de Manutenção	LT-DAI-111.3
1	Chefe do Núcleo de Oficina Mecânica	LT-DAI-111.3
1	Encarregado de Mecânica Diesel	LT-DAI-111.1
1	Encarregado de Mecânica à Gasolina	LT-DAI-111.1
1	Encarregado de Máquinas e Implementos	LT-DAI-111.1
	SERVIÇO JURÍDICO	
3	Assistente	LT-DAI-112.3
1	Encarregado de Instrução Processual	LT-DAI-111.1
	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3	Assistente	LT-DAI-112.3
1	Chefe da Seção do Pessoal	LT-DAI-111.3
1	Encarregado do Cadastro Financeiro	LT-DAI-111.1
1	Chefe da Seção de Material	LT-DAI-111.3
1	Encarregado do Almoxarifado	LT-DAI-111.1
1	Chefe da Seção do Patrimônio	LT-DAI-111.3
1	Chefe da Seção de Contabilidade	LT-DAI-111.3
1	Encarregado de Empenho e Liquidação	LT-DAI-111.1

ANEXO I

(Decreto nº 5.846, de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

GRUPOS DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

NÚMERO DE FUNÇÕES	UNIDADES ORGANIZACIONAIS / DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES	CÓDIGO
1	Chefe da Seção de Tesouraria	LT-DAI-111.3
1	Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa	LT-DAI-111.3
1	Chefe da Seção de Conservação e Reparos	LT-DAI-111.3
1	Encarregado de Zeladoria e Administração de Sedes	LT-DAI-111.1
1	Chefe da Seção de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho	LT-DAI-111.3

ANEXO II

(Decreto nº 5.846, de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

Nº DE ORDEM	GRUPOS / CATEGORIAS FUNCIONAIS	UNIDADES ORGANIZACIONAIS: SUPERINTENDÊNCIA	GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	SERVIÇO JURÍDICO	SECRETARIA EXECUTIVA	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	TOTAL
	SERVIÇOS AUXILIARES - LT-SA-400									
	Agente Administrativo		6	8	6	28	3	3	26	80
	Datilógrafo		1	1	1	1	1	2	2	9
	ARTESANATO - LT-ART-500									
	Artífice de Mecânica									
	Mestre									-
	Contramestre				2					2
	Artífice Especializado			1	5					6
	Artífice			1	14					15
	Artífice de Restauração e Manutenção de Veículos									
	Mestre									-
	Contramestre				2					2
	Artífice Especializado				6					6
	Artífice				22	3				25

A N E X O II

(Decreto nº 5.846 ,de 17 de MARÇO de 1981)

L O T A Ç Ã O

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

Nº DE ORDEM	GRUPOS / CATEGORIAS FUNCIONAIS	UNIDADES ORGANIZACIONAIS: SUPERINTENDÊNCIA	GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	SERVIÇO JURÍDICO	SECRETARIA EXECUTIVA	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	TOTAL
	Artífice de Carpintaria e Marcenaria									
	Mestre									-
	Contramestre									-
	Artífice Especializado								1	1
	Artífice								3	3
	Artífice de Obras Civis									
	Mestre									-
	Contramestre									-
	Artífice Especializado			3	1					4
	Artífice				1				5	6
	Artífice de Eletricidade e Comunicações									
	Mestre									-
	Contramestre									-

A N E X O II

(Decreto nº 5.846,de 17de março de 1981)

L O T A Ç Ã O

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

Nº DE ORDEM	GRUPOS / CATEGORIAS FUNCIONAIS	UNIDADES ORGANIZACIONAIS: SUPERINTENDÊNCIA	GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	SERVIÇO JURÍDICO	SECRETARIA EXECUTIVA	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	TOTAL
	Artífice Especializado			1					1	2
	Artífice			1					1	2
	Auxiliar de Artífice			4	15				14	33
	SERVIÇOS DE TRANSPORTE OFICIAL E									
	PORTARIA - LT-TP-600									
	Motorista Oficial				26					26
	Agente de Portaria		2	2	2	9			85	100
	OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR									
	LT-NS-700									
	Médico								2	2
	Odontólogo	2								2
	Engenheiro			2	1	2			1	6
	Técnico de Administração	1	1							3
	Assistente Social	1								1

A N E X O II

(Decreto nº 5.846 ,de 17 de março de 1981)

L O T A Ç Ã O

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

Nº DE ORDEM	GRUPOS / CATEGORIAS FUNCIONAIS	UNIDADES ORGANIZACIONAIS: SUPERINTENDÊNCIA	GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES	SERVIÇO JURÍDICO	SECRETARIA EXECUTIVA	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	TOTAL
	OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO									
	LT-NM-800									
	Auxiliar de Enfermagem								2	2
	Agente de Serviços Complementares				4					4
	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos								126	126
	Desenhista		2							2
	Tecnologista			2						2
	Técnico de Contabilidade								4	4
	SERVIÇOS JURÍDICOS - LT-SJ-900									
	Assistente Jurídico						2			2
	T O T A I S	4	12	26	108	43	6	5		478

A N E X O III

(Decreto nº 5.846,de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

EMPREGOS PERMANENTES

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES - LT-SA-400

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES: A	B	C	D	E	TOTAL
Agente Administrativo	32	28	20			80
Datilógrafo	9	-				9
	41	28	20			89

A N E X O III

(Decreto nº 5.846 ,de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

EMPREGOS PERMANENTES

GRUPO: ARTESANATO - LT-ART-500

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES: MESTRE	CONTRA MESTRE	ARTÍFICE ESPECIALIZADO	ARTÍFICE	TOTAL
Artífice de Mecânica		2	6	15	23
Artífice de Restauração e Manutenção de Veículos		2	6	25	33
Artífice de Carpintaria e Marcenaria			1	3	4
Artífice de Obras Civis			4	6	10
Artífice de Eletricidade e Comunicações			2	2	4
		4	19	51	74
Auxiliar de Artífice				33	33
					107

A N E X O III

(Decreto nº 5.846,de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

EMPREGOS PERMANENTES

GRUPO: SERVIÇOS DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA - LT-TP-600

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES: A	B	C	D	E	TOTAL
Motorista Oficial	19	7				26
Agente de Portaria	40	35	25			100
	59	42	25			

A N E X O III

(Decreto nº 5.846 ,de 17de março de 1981)

LOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

EMPREGOS PERMANENTES

GRUPO: OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - LT-NS-700

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES: A	B	C	D	E	TOTAL
Médico	2					2
Odontólogo	2					2
Engenheiro	3	2	1			6
Técnico de Administração	1	1	1			3
Assistente Social	1					1
	9	3	2			

A N E X O III

(Decreto nº 5.846 ,de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

EMPREGOS PERMANENTES

GRUPO: OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - LT-NM-800

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES: A	B	C	D	E	TOTAL
Auxiliar de Enfermagem	2					2
Agente de Serviços Complementares	3	1				4
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	126					126
Desenhista	1	1				2
Tecnologista	2					2
Técnico de Contabilidade	3	1				4
	137	3				

A N E X O I I I

(Decreto nº 5.846, de 17 de março de 1981)

LOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

EMPREGOS PERMANENTES

GRUPO: SERVIÇOS JURÍDICOS - LT-SJ-900

CATEGORIA FUNCIONAL	C L A S S E S					TOTAL
	A	B	C	D	E	
Assistente Jurídico	2					2
	2					

Secretaria do Governo

DECRETO DE 13 DE MARÇO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o antigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, HEITOR GONÇALVES LEITE, Artífice de Mecânica, Código Art-501.C, Referência NM-17, matrícula nº 10.351-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-12, de Encarregado de Turma de Conservação e Reparos, da Seção de Obras e Reparos, da Divisão de Obras, da Administração Regional do Gama, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 13 de março de 1981

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Administração

DECRETO DE 17 DE MARÇO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, RENATO PEREIRA DA SILVA, Agente Administrativo, SA-401.C, Ref. NM-26, matrícula nº 09.892.2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-04, de Assistente da Divisão de Controle de Imóveis, da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 17 de março de 1981

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 13 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR MANOEL ZACHARIAS MONTEIRO, Artífice de Obras Civis, matrícula 16.481-7, Código Art-504, Referência NM-21, para exercer a função de Encarregado de Turma de Conservação e Reparos, Código DAI-111.1, Seção de Obras e Reparos, da Divisão de Obras, da Administração Regional do Gama, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília-DF, 13 de março de 1981

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

Secretário

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980 e nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto nº 3.857/77, alterado pelo Decreto nº 5476, de 23 de setembro de 1980,

RESOLVE:

CONCEDER a título de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, até o limite de 60 (sessenta) horas-extras mensais aos servidores relacionados no quadro anexo, no período de 01.03 a 31.03.81, conforme consta do Processo nº 225.678/81.

Taguatinga-DF, 09 de março de 1981

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

Administrador

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE DE MARÇO DE 1981
"GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS"

MATRÍCULA	N O M E	CÓDIGO OU NÍVEL	Nº DE HORAS MENSAIS
00262	FRANCISCO BERNARDO DA SILVA	TP-602.1	60
00834	ANTONIO MENDES BARBOSA	06	60
00922	SÍLVIO RÓSA	TP-602.C	60
01454	RAIMUNDO DIAS NUNES	NM-808.B	60
02945	VALDEMIR RAIMUNDO DA SILVA	SA-401.C	60
02464	DEROCI ALVES DOS SANTOS	SA-401.B	60
06018	BRUNISLAU PENKAL	SA-401.B	60
06229	MARIA DO CARMO MENEZES	SA-401.C	60
06691	MOACI BRITO DA COSTA	NM-808.B	60
09730	VICENTE DE PAULA CARTAXO SALGADO	SA-401.B	60
09748	ANTONIO EVANGELISTA	SA-401.C	40
09880	PEDRO XAVIER DE PAULA	SA-401.B	60
09930	FRANCISCO W. DA SILVA	08	60
10318	JOÃO AIRES PIMENTA	ART-505.3	60
10720	JOSÉ ELIAS DA SILVA SERRA	ART-505.A	40
11065	MARCULINO FRANCISCO DOURADO	NM-807.B	60
11289	ALMIRO DOS SANTOS SILVA	ART-502.2	60
11413	ARNALDO JOAQUIM DE SOUZA	SA-401.B	60
11480	MANOEL BORGES	TP-602.B	60
11589	JOSÉ BATISTA DE SOUZA	ART-503.B	60
11824	JOSÉ LOPES NEVES	TP-602.2	60
13072	ALEXANDRE GOMES LAMOUNIER	NM-808.A	60
13289	LAUREANO RODRIGUES DE ARAUJO	NM-808.1	60
13232	ANTONIO MARQUES DE MELO	TP-602.4	40
14019	JOÃO PEREIRA DOS SANTOS	NM-808.1	60
14064	TIBURCIO URCINO FERREIRA	NM-808.A	60
14256	LUIZ AMÉRICO FARIA	ART-504.3	60
14609	ANTONIO LOPES NOGUEIRA	ART-503.3	60
14627	JOSÉ JOÃO SILVA	ART-503.3	60
15459	JOSÉ BENEDITO	ART-502.2	50
15507	BENEDITO GONÇALVES FERREIRA	ART-503.3	60
15764	JOÃO BATISTA SILVA	TP-601.3	60
15753	ELOI CAMPOS	TP-601.B	40
15809	ANTONIO BARBOSA DE ALMEIDA	TP-601.S	40
15876	ORLANDO DOS SANTOS	TP-601.S	40
15963	RAIMUNDO RODRIGUES MESQUITA	TP-601.S	40
16106	DIVINO ONOFRE GOMES	ART-503.B	60
16282	ANTONIO PINHEIRO FILHO	NM-808.D	40
16288	JOÃO CARLOS DOS SANTOS	NM-808.D	60
16440	PEDRO RODRIGUES DO ROSÁRIO	ART-504.2	40
16649	ARLINDO RIBEIRO DE MENDONÇA	TP-602.A	60

Taguatinga-DF, de março de 1981

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador Regional de Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164 de 21 de março de 1980, e nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto nº 3.857/77, alterado pelo Decreto nº 5.476, de 23 de setembro de 1980,

RESOLVE:

CONCEDER, a título de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, até o limite de 60 (sessenta) horas-extras mensais, aos servidores relacionados no quadro anexo, no período de 01 a 31/03/81.

Taguatinga-DF, 11 de março de 1981

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA/CEILÂNDIA
QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE MARÇO DE 1981
Gratificação pela Prestação de Serviços Extraordinários

MATRÍCULA	N O M E	CÓDIGO OU NÍVEL	HORAS EXTRAS
00.865.6	Cícero José Freire	TP. 602.B	60
01.580.6	Elizeu do Nascimento	TP. 602.S	40
06.553.6	Ivanilda Crisóstomo Valverde	TP. 602.B	60
09.465.X	José Gonçalo da Silva	ART. 501.3	60
09.900.7	Sebastião Quirino Amorim	SA. 401.B	30
11.071.X	João Delmondes	NM. 808.B	60
11.304.2	Feliciano José de Almeida	NM. 808.B	60
11.941.5	João Bernadino Dibete	TP. 602.B	40
12.148.7	Geraldo José Vieira	NM. 808.B	60
12.957.7	José Bezerra da Silva	ART. 504.2	40
15.116.5	Jaime Vieira da Silva	SA. 401.C	60
15.455.5	Emiliano Batista da Silva	ART. 502.3	60
15.717.1	Conrado Borges Fernandes	NM. 808.D	30
16.252.3	Orlando Gomes de Sousa	NM. 808.B	60
16.700.2	Francisco das Chagas Daltro	TP. 602.B	60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR CLARICE DE FRANÇA SUARES, Assistente da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, executora do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma XEROX DO BRASIL S A, a que se refere o Extrato de Contrato nº 11 81, publicado no Suplemento do DODF de 02 01 81, e de acordo com o item 9 do Termo-Padrão de Contrato nº 11 80, publicado no Suplemento do DODF, de 27 08 80, página 16 17.

Brasília, 12 de março de 1981

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 13 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º e item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA, Auxiliar de Artífice, matrícula 10.784.0, Código Art-506, Classe Artífice, Ref. NM-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir DEURALICE FERREIRA DE BRITO, Chefe da Seção de Vigilância-DVL-CAP-SEA, matrícula 13.916-5, Código DAI-111.3, por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 28 02 a 31 03 81.

Brasília-DF, 13 de março de 1981

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1981

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR MARCOS DE CASTRO FONSECA, Diretor da Divisão de Controle de Imóveis da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, matrícula nº 15.153-X, executor do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, a que se refere o Extrato de Contrato nº 055/81, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" (Suplemento), de 10 de março de 1981.

Brasília, 17 de março de 1981

JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR RENATO PEREIRA DA SILVA, Agente Administrativo, matrícula 09.892.2, Código SA-401.C, Referência NM-26, para exercer a função de Assistente, Código DAI-112.3, da Divisão de Controle de Imóveis, da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 17 de março de 1981

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR GENTIL AUGUSTO DA SILVA, Agente Administrativo, matrícula 2051.6, Código SA-401.C, Referência NM.26, da função de Chefe do Posto de Abastecimento nº 01, Código, DAI-111.3, da Divisão de Manutenção da Coordenação do Sistema de Transportes Internos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 17 de março de 1981

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR ANTONIO CARLOS COUTINHO DOS SANTOS, Agente Administrativo, matrícula 21.358-6, Código LT-SA-401.A, Referência NM.17, para exercer a função de Chefe da Seção de Regime Financeiro da CLT, Código: DAI-111.3, da Divisão de Controle de Pessoal Regido pela CLT, da Coordenação do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 17 de março de 1981

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR GENTIL AUGUSTO DA SILVA, Agente Administrativo, matrícula 2051.6, Código SA-401.C, Referência NM.26, para exercer a função de Chefe do Posto de Abastecimento nº 02, Código: DAI-111.3, da Divisão de Manutenção da Coordenação do Sistema de Transportes Internos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 17 de março de 1981

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

CONSELHO DE POLÍTICA DE PESSOAL

PROCESSO Nº: 015.547/80
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL-CSP SEA
ASSUNTO: LOTAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA-SLU SSP
RELATOR: WANDERVAL ALVES DA COSTA

O Plenário do Conselho de Politica de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator e o pronunciamento da Secretaria do Governo, adota, AD REFERENDUM do Excelentissimo Senhor Governador, a seguinte.

RESOLUÇÃO

1. Aprovar as minutas de decretos constantes dos autos;
2. Autorizar a implantação dos Grupos-Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias, bem como a inclusão dos atuais empregos permanentes nas respectivas Tabelas; e
3. Condicionar o preenchimento dos novos empregos permanentes à viabilização prévia de recursos orçamentários.

Brasilia, 26 de janeiro de 1981
Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Conselheiros
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
ADELINA RODRIGUES DA CUNHA PACHECO
RONAL DO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

HOMOLOGO.
Em, 04 02 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

PROCESSO Nº: 000.468/81
INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: MINUTA DE DECRETO QUE DISPÕE SOBRE O GRUPO-DIREÇÃO E AS SISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Politica de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO

1. Aprovar a minuta de decreto elaborada pela Secretaria de Administração que altera o Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980;
2. Submeter a presente Resolução à homologação de Sua Excelência o Senhor Governador.

Brasilia, 29 de janeiro de 1981
Presidente
JOSÉ ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA
Conselheiros
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
ADELINA RODRIGUES DA CUNHA PACHECO
RONALDO DE OLIVEIRA
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

HOMOLOGO
Brasilia, 23 de fevereiro de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO DIRETOR

LICENÇA ESPECIAL DEFERIDA
DESPACHO: CONCEDO, nos termos do artigo 2º, combinado com o artigo 5º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL de seis meses aos funcionários abaixo qualificados:

NOME: Yara Santos Serra, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Cód. M-1001.3, nivel 3
MATRÍCULA: 4.435-0-SEC
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 24.10.70 a 22.11.80 (2º decênio)

NOME: Altamirando Marçal Romeiro, Agente de Portaria, Código TP-602.B Ref. NM-3
MATRÍCULA: 11.727-7-SES
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 15.10.70 a 27.10.80 (2º decênio)

NOME: José Vieira dos Santos, Agente de Portaria, Código TP-602.C, Ref. NM-11
MATRÍCULA: 15.287-0-SEF
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 28.11.70 a 24.11.80 (2º decênio)

NOME: Ronald Barcellos Silva, Procurador do DF, Código SJ-901.C, Ref. NS-18
MATRÍCULA: 6.611-7-PRG
RELATIVO: AO DECÊNIO DE: 02.01.71 a 30.12.80 (2º decênio)

NOME: João Derli Amâncio, Agente Administrativo-SA-401.B, Ref. NM-21
MATRÍCULA: 14.203-4-RA-III
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 03.10.70 a 29.01.81 (1º decênio)

NOME: Gisela Catânio de Sousa Castro, Agente Administrativo-SA-401.A, Ref. NM-19
MATRÍCULA: 4.984-0-SEA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.10.69 a 29.02.80 (1º decênio)

NOME: Gentil Martins Storch, Art. de Obras Civis, Classe Contramestre, Cód. Art-504, Ref. NM-17
MATRÍCULA: 16.486-0-RA-III
RELATIVO: AO DECÊNIO DE: 18.01.71 a 14.01.81 (2º decênio)

NOME: Angelo Gomes da Silva, Aux. Op. de Serviços de Engenharia, Cód. NM-808.A, Ref. NM-3
MATRÍCULA: 12.322-6-RA-II
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 11.01.71 a 07.01.81 - (2º decênio)

NOME: Inocencio Nobelino Sobrinho, Agente de Portaria, Cód. TP-602.C, Ref. NM-10
MATRÍCULA: 13.230-6-SEP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.08.69 a 29.07.79, (1º decênio)

NOME: Antonio Guimarães Costa, Motorista Oficial, TP-601.S, Réf. NM-17
MATRÍCULA: 9.334-3-PRG
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.01.71 a 08.01.81 (2º decênio)

NOME: Najari José Costa, Agente de Serviços de Engenharia, Cód. NM-808-D, Ref. NM-29
MATRÍCULA: 16.948-X-SVO
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 14.01.68, a 01.05.78 (2º decênio)

NOME: Aristeu Francisco, Art. de Elet. e Comunicação Cód. Art.505, Classe Artifice, Ref. NM-09
MATRÍCULA: 10.536-8-SSP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 30.01.71 a 26.01.81 (2º decênio)

NOME: Yvonne Paes de Carvalho, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Cód. M-1001.3, nivel 3
MATRÍCULA: 3.654-4-SEC
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.09.70 a 27.09.80, (2º decênio)

NOME: José dos Reis Castro, Contador, Código NS-716.C, Ref. NS-17
MATRÍCULA: 14.729-X-SVO
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 11.01.57 a 06.03.67 (1º decênio)

NOME: José dos Reis Castro, Contador, Código NS-716.C, Ref. NS-17
MATRÍCULA: 14.729-X-SVO
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 07.03.67 a 03.03.77 (2º decênio)

NOME: José Natividade Dias, Agente Administrativo, SA-401.B, Ref. NM-24
MATRÍCULA: 4083-5-SEC
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.09.69 a 29.08.79 (1° decênio)

NOME: Edésio Henrique de Souza, Artífice de Mecânica, Classe Artífice, Cód. Art-501, Ref. NM-09
MATRÍCULA: 10.788-3-SVO
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 27.12.70 a 23.12.80 (2° decênio)

NOME: Narciso Sobral da Silva, Agente de Polícia, Código PC-205.B, Ref. NM-27
MATRÍCULA: 20.509-5-SEP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 10.01.71 a 20.01.81 (2° decênio)

NOME: Geny Ribeiro, Agente Administrativo, SA-401.C Ref. NM-26
MATRÍCULA: 11.476-6-SEA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 18.09.69 a 15.09.79 (2° decênio)

NOME: Joaquim Firmino Sobrinho, Art. de Elet. e Comunicação, Classe Artífice, Cód.Art-505, Ref. NM-11
MATRÍCULA: 13.552-6-SEA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 18.07.70 a 29.07.80 (2° decênio)

NOME: Otaviano Rodrigues da Silva, Agente de Serviços de Engenharia, Cód. NM-808.D Ref. NM-24
MATRÍCULA: 11.707-2-RA-III
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 30.01.70 a 26.04.80 (2° decênio)

NOME: Maria Angélica Gonçalves Kato, Técnico de Administração, Cód. 715.A, Ref. NS-5
MATRÍCULA: 7.300-8-SAP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.11.70 a 08.11.80 (1° decênio)

NOME: Francisco Bento Sobrinho, Agente Administrativo, Código SA-401.B, Ref. NM-23
MATRÍCULA: 13.436-8-SEF
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 24.01.71 a 20.01.81 (2° decênio)

NOME: José Lucas de Araújo Franco, Agente Administrativo, Código SA-401.B Ref. NM-24
MATRÍCULA: 09.939-2-SEA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 25.01.71 a 21.01.81 (2° decênio)

NOME: Neuton Lima Oliveira, Agente Administrativo, Código SA-401.C Ref. NM-26
MATRÍCULA: 14.981-0-RA-III
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 24.02.60 a 20.02.70 (1° decênio)

NOME: José Ribamar de Sousa, Agente Administrativo, SA-401.C, Ref.NM-26
MATRÍCULA: 08.904-4-RA-II
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.03.70 a 04.03.80 -(1° decênio)

NOME: Thiago de Moura Lucas, Artífice de Mecânica, Classe Artífice, Cód. Art-501, Ref. NM-9
MATRÍCULA: 12.081-2-ASRIA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 16.09.70 a 06.01.81 (2° decênio)

NOME: Geraldo Alencar, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Ref. NM-29
MATRÍCULA: 11.158-9-SAP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 28.01.71 a 24.01.81 (2° decênio)

NOME: Valeriano Ceotto, Engenheiro, Código NS-710.B Ref. NS-15
MATRÍCULA: 4.406-7-SVO
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 30.01.71 a 26.01.81 (2° decênio)

NOME: Osvaldo Lopes Ribeiro, Ag. de Serviços de Engenharia, Código NM-808.A Ref. NM.2
MATRÍCULA: 13.151-2-SEF
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 21.01.71 a 17.01.81 (2° decênio)

NOME: José do Nascimento Feitosa, Agente de Portaria, Código TP-602.B, Ref. NM-3
MATRÍCULA: 16.781-9-SEF
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.04.70 a 31.08.80, (1° decênio)

NOME: Etelvina Bites Ribeiro, Professor de Ensino de 1° e 2° Graus, Cód. M-1001.1, nivel 1
MATRÍCULA: 04.927-1-SEC
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 12.07.70 a 19.09.80 (1° decênio)

NOME: José Pinto de Moura, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Ref. NM-29
MATRÍCULA: 9.976-7-SEA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 16.01.71 a 12.01.81 (2° decênio)

NOME: Maria da Conceição Rodrigues, Telefonista, Código NM-818-S, Ref. NM-19
MATRÍCULA: 12.161-4-SEA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.11.70 a 14.12.80 (2° decênio)

NOME: José Gerson Machado, Art. de Elet. e Comunicação, Classe Contramestre, Cód.Art-505, Ref. NM-17
MATRÍCULA: 10.382-9-SEA
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 07.11.70 a 11.11.80 (1° decênio)

NOME: Sebastião Pereira Lopes, Agente Administrativo, Código SA-401.B, Ref. NM-23
MATRÍCULA: 17.595-1-PRG
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 30.07.70 a 26.07.80 (2° decênio)

NOME: Donaldo Soares de Oliveira, Engenheiro, Código NS-710.S, Ref. NS-22
MATRÍCULA: 10.518-X-SSP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 12.01.71 a 08.01.81 (2° decênio)

NOME: João Tomé de Souza, Agente de Portaria, Código TP-602.S, Ref. NM-11
MATRÍCULA: 16.577-8-SEP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 30.05.70 a 20.08.80 (2° decênio)

NOME: Antonio dos Reis Barbosa, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Ref. NM-27
MATRÍCULA: 15.982-4-SVO
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 31.01.71 a 27.01.81, (2° decênio)

NOME: João Albuquerque Reis, Agente de Portaria, Código TP-602.B, Ref. NM-3
MATRÍCULA: 00.991-1-SSS
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.01.70 a 29.12.79 (1° decênio)

NOME: Osvaldo Pio Nogueira, Agente Administrativo, Código SA-401.B, Ref. NM-24
MATRÍCULA: 9.712-8-RA-III
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 28.11.70 a 24.11.80 (2° decênio)

NOME: Manoel Francisco de Aquino, Auxiliar de Artífice de Manutenção, nivel 05,
MATRÍCULA: 10.862-6-SSP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.07.69 a 28.06.79 (1° decênio)

NOME: Francisco de Assis da Fonseca Nunes, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Ref. NM-27
MATRÍCULA: 16.045-8-SEF
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 01.01.71 a 28.12.80 (2° decênio)

NOME: Expedito Augusto, Agente de Polícia, Código PC-205.S, Ref. NM-30
MATRÍCULA: 20.110.3-SEP
RELATIVO AO DECÊNIO DE: 02.06.70 a 23.11.80 (2° decênio)

Brasília, 10 03 81

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 452, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1981

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 373ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 378381/80-FEDF,

RESOLVE:

Revogar a Resolução nº 426, de 17 de dezembro de 1980.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 1981

Presidente
EURIDES BRITO DA SILVA

CONSELHEIROS:

MARIO SERGIO MAFRA

ALITA VIEIRA

CRISOSTOMO GUANAES DOURADO

EDIRUALD DE MELLO

RESOLUÇAO Nº 447, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1981

Aprova Convênio: FEDF/FSS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO-DIRETOR DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, inciso VI, do Estatuto da Entidade, e tendo em vista o que consta do Processo nº 370730/81-FEDF

RESOLVE:

"ad referendum" do Conselho Diretor:

Aprovar o Convênio a ser firmado entre as FUNDAÇOES DO SERVIÇO SOCIAL e EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, tendo por finalidade o estabelecimento de um plano de cooperação técnica, visando a alocação de recursos humanos da segunda à primeira, objetivando o suporte das ações pedagógicas a serem desenvolvidas nos Centros de Bem-Estar do Menor,

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 1981

EURIDES BRITO DA SILVA
Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DELIBERATIVO

EM 10 DE MARÇO DE 1981

RESOLUÇÃO Nº 067/81-CD-FCDF

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 10, letra "D", do Estatuto da Entidade, tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, alterada pela Lei nº 6.886, de 12 de dezembro de 1980, e o que consta do Processo nº 400305/81-FCDF,

RESOLVE:

1 — Reajustar os atuais valores dos niveis dos Empregos Permanentes (TEP) e dos simbolos dos Empregos em Comissão (TEC), da Fundação Cultural do Distrito Federal, na forma dos anexos I e II, que passam a fazer parte integrante desta Resolução.

2 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1981, revogadas as disposições em contrário.

Presidente
EURIDES BRITO DA SILVA
Diretor Executivo

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
Conselheiros
JOSÉ PEREIRA LIRA
VICENTE JUARIMBU SALLES
GUY MARIE DE CASTRO BRANDÃO
MARIA CHRISTINA DINIZ LEAL
HERBERTO DE AZEVEDO SALLES

RESOLUÇÃO Nº 067/81-CD-FCDF DE 10 DE março DE 1981

TABELA DE SALÁRIOS DOS EMPREGOS PERMANENTES - TEP

ANEXO I

NÍVEL	VALOR
EP - 01	8.771,00
EP - 02	9.062,00
EP - 03	9.274,00
EP - 04	10.796,00
EP - 05	12.335,00
EP - 06	13.889,00
EP - 07	15.411,00
EP - 08	16.954,00
EP - 09	18.594,00
EP - 10	20.035,00
EP - 11	21.566,00
EP - 12	23.109,00
EP - 13	24.641,00
EP - 14	26.178,00
EP - 15	27.598,00
EP - 16	29.690,00
EP - 17	36.517,00
EP - 18	44.319,00
EP - 19	53.095,00
EP - 20	62.847,00
EP - 21	69.675,00

ANEXO II

SÍMBOLO	VALOR
SÍMBOLO ESPECIAL	162.911,00
EC - 01	125.370,00
EC - 02	104.235,00
EC - 03	88.707,00
EC - 04	87.295,00
EC - 05	80.423,00
EC - 06	74.528,00
EC - 07	69.477,00
EC - 08	67.791,00
EC - 09	63.582,00
EC - 10	61.223,00
EC - 11	55.158,00
EC - 12	41.517,00
EC - 13	40.006,00
EC - 14	31.582,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor LUIZ CARLOS DE QUEIROZ, matrícula nº 57.027, Agente Administrativo, Ref. 27, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-10, de Supervisor Operacional da Seção do Patrimônio - DIAG/DEAD/DAF.

Brasília, 27 de fevereiro de 1981

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor FRANCISCO EDIMOR DA SILVA, matrícula nº 56.659, Agente Administrativo, Ref. 27, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-08, de Supervisor Técnico da Seção de Controle de Documentos - DIAD/DEAD/DAF.

Brasília, 27 de fevereiro de 1981

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO – DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor JOSÉ EVILADINO VIEIRA, matrícula nº 21.432, Técnico de Contabilidade – Ref. 27, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-08, de Supervisor de Custos da Diretoria Administrativa Financeira.

Brasília, 27 de fevereiro de 1981

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOSÉ EDMILSON CARNEIRO, matrícula nº 51.601, Agente Administrativo, Ref. 27, para responder pelo Emprego em Comissão, Símbolo EC-03, de Chefe da Divisão de Contabilidade e Finanças DEFI DAF, cumulativamente com a função que exerce de Chefe da Seção de Contabilização/DICONF/DEFI/DAF.

Brasília, 27 de fevereiro de 1981

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor CRISTIANO ALVES DE MELO, matrícula nº 57.226, Agente Administrativo, Ref. 27, para exercer o Emprego em Comissão Símbolo EC-08, de Supervisor de Convênios da Divisão de Controle de Custos DEFI DAF.

Brasília, 27 de fevereiro de 1981

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item VIII, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOSÉ SOARES DE ARAÚJO, matrícula nº 56.857, Agente Administrativo, Ref. 27, para exercer o Emprego em Comissão Símbolo EC-08, de Supervisor de Custos da Divisão de Controle de Custos DEFI DAF.

Brasília, 27 de fevereiro de 1981

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 033/81-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES, em conformidade com o inciso VII, combinado com o inciso I, do artigo 33, do Regimento Interno da Secretaria de Serviços Públicos, aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão para proceder à Licitação de áreas para a exploração do Serviço de Bancas de Jornais e Revistas, composta dos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro: JOSÉ VENÂNCIO DE OLIVEIRA, matrícula 14.952, Chefe da Seção de Bancas de Jornais e Revistas; HELDER CAMPOS GONÇALVES TEIXEIRA, matrícula 19.364, Secretário-Datilógrafo; e ABRÃO HAGEM MAZUAD, matrícula 18.424, LT-DAS-102.1.

Brasília, 17 de março de 1981

DEOCLECIO BRITTO HAGEL
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 034/81-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.719 81,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a penalidade aplicada ao permissionário do TX-0466, publicada no DO DF de 26.02.81.

Brasília, 17 de março de 1981

DEOCLECIO BRITTO HAGEL
Diretor

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 314a. SESSÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 10 dias do mês de março de 1981, às 17:10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e o Procurador-Geral em exercício Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão, especialmente convocada para a adoção de providências relativas à participação da Corte no XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, a realizar-se em Florianópolis no período de 29 de março a 04 de abril do corrente ano.

O Tribunal tomou conhecimento do Parecer do Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA sobre a tese "Os Tribunais de Contas e seu Vínculo Político Preferencial", de autoria do Conselheiro LUIZ ALBERTO FERREIRA BAHIA, membro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Acolhendo proposta do Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, o Tribunal determinou que conste da presente ata o referido parecer.

A seguir, o Tribunal designou a delegação que o representará no XI Congresso.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA' Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral em exercício.

GERALDO FERRAZ

JOSÉ WAMBERTO

JOSÉ PARSIFAL BARROSO

RAUL SOARES DA SILVEIRA

ROGÉRIO NUNES

RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

Parecer sobre a tese "Os Tribunais de Contas e seu Vínculo Político Preferencial".

Autor: Conselheiro Luiz Alberto Ferreira Bahia - TCMRJ.

Relator: Auditor Raimundo de Menezes Vieira - TCDF.

I - NOTA VESTIBULAR

Relato com o maior entusiasmo a tese intitulada "Os Tribunais de Contas e seu Vínculo Preferencial", produzida sob o tema central - Fortalecimento dos Tribunais de Contas -, e apresentada ao XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil *pelo ilustre Conselheiro LUIZ ALBERTO FERREIRA BAHIA*, digno representante do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, assim pelo contributo de idéia-força em prol do fortalecimento das Cortes de Contas, quanto pela maneira atuante da participação da novel Instituição, cuja existência não conta sequer meio ano, pois sua criação data de novembro de 1980, "em correspondência com a importância político-social da Cidade-Município do Rio de Janeiro, a segunda cidade político-administrativa do país".

Assim me expresso porque o comum é a participação menos ativa, porém importante e necessária, típica das instituições novas, na forma tradicional de observadoras.

II - A PROPOSIÇÃO

"O fortalecimento dos Tribunais de Contas impõe-se em razão do crescimento do Governo, em seus diferentes níveis, revigoramento que não pressupõe o enfraquecimento ou a diminuição de outros órgãos e poderes", diz o Autor em seus primeiros argumentos. Dado que a atuação do Tribunal de Contas é de natureza suplementar ao controle interno e complementar ao controle externo, "o fortalecimento dos Tribunais de Contas deve ser acolhido sem receios por parte dos representantes do povo no Legislativo e pelos mandatários no Executivo".

Ainda na linha da temática central, parece evidente a idéia de que a valorização dos Tribunais e, em particular, dos Tribunais de Contas é função da restauração do prestígio do Legislativo como centro de decisões, vale dizer, como centro de poder. Diz textualmente Sua Excelência: "A experiência tem demonstrado que cresce a autoridade dos Tribunais na razão direta da afirmação do Poder Legislativo diante do Poder Executivo".

E em conclusão, afirma: "Seria irrealista imaginar-se que o fortalecimento dos Tribunais de Contas, e mesmo do Poder Judiciário em geral, possa provir original e principalmente do bom relacionamento com os Executivos, enquanto estes predominarem na condição de centro decisório legislativo".

Mas, ao reverso, infere-se também uma certa apreensão de que a justa preocupação do Legislativo em revigorar-se não termine por criar um paralelismo funcional em relação ao Tribunal de Contas, com superposição de atribuições que nada beneficiaria a eficácia do controle externo mas, ao contrário, só serviria para gerar confusão e perplexidades, na medida em que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal atuassem sobre os mesmos fatos, atos e pessoas. É evidente que a ação de um deve obstar a de outro ou de outros, a não ser nas hipóteses de atuação cooperativa ou complementar, a exemplo das impugnações contrato ou da apreciação das contas anuais do Governo.

Tais as referências, os comentários e as dúvidas a propósito do Projeto de lei nº 34/79, do Senado, ora em tramitação na Câmara Baixa, que tem por objeto a regulamentação do artigo 45 da Constituição Federal.

III - REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 45

O estabelecimento de novas atribuições que compensem a redução do poder legiferante e que reforcem o seu poder de controle na proporção do avanço intervencionista no domínio econômico por parte do Executivo é assunto que vem preocupando o Legislativo desde 1965, tanto que, por iniciativa do Congresso Nacional, elaboraram-se estudos que resultaram na Emenda Constitucional nº 17 à Constituição de 1946, promulgada em 26 de novembro de 1965, onde se lê a norma que hoje se inscreve no artigo 45 da Carta de 1969 (artigo 48 da de 1967), do seguinte teor:

> "A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da administração indireta".

De lá até esta data, e a propósito de tornar operante o preceito supramencionado, foram apresentadas, dentre outras, as proposições que se seguem:

Projetos de lei da Câmara dos Deputados: 196/67, 1635/68, 2074/69, 1212/73, 1546/73, 1563/73, 8/75 (PLC) 1681/75, 106/76 (PLC), 1889/76, 907/79, 1253/79, 2090/79 e 3835/80.

Projetos de lei do Senado Federal: 40/76, 221/77 e 34/79.

Não resta dúvida de que são tentativas válidas, sobretudo em matéria que oferece dificuldades para perfeita adequação. Talvez por isso mesmo apresentam quase sempre defeitos incontornáveis, sendo que o mais freqüente é o de inconstitucionalidade.

Parece-me, no entanto, que a filosofia adotada pelo artigo 2º do Projeto de lei nº 1563, de 1973, da Câmara dos Deputados, é a que melhor se ajusta aos ditames constitucionais, tendo em vista que preserva de interferência indébita as atribuições privativas dos Tribunais de Contas, fixadas no artigo 70 da Carta Política, consoante redação que abaixo se transcreve:

> "Observadas, no tocante às matérias financeira e orçamentária, os procedimentos e a competência dos Tribunais de Contas dos Estados estabelecidos em correspondentes dispositivos das Constituições Estaduais, a fiscalização direta exercer-se-á sobre os demais atos administrativos, notadamente sobre os configurativos de crime de responsabilidade, assim definidos em lei". (Grifou se).

À exceção de disposições superadas por legislação superveniente e de preceitos certamente passíveis de aperfeiçoamentos, outras regras do Projeto também guardam conformidade com os princípios constitucionais relativos à independência dos poderes constituídos, bem como em referência às competências privativas, na medida em que ora é acionado o Ministério Público para a promoção da ação cabível, ora se dá início a processo de apuração de crime de responsabilidade (Lei nº 1.079/50) e, finalmente, se encaminha ao órgão ou entidade cópia da Resolução, acompanhada do Relatório e das peças consideradas necessárias à adoção de providências com vistas ao resguardo do interesse público, tudo após procedimentos e trâmites que dificultam decisões açodadas.

Aliás, as regras de prudência, de comedimento e de equilíbrio, assim como as de seriedade, justiça e firmeza devem ser preservadas em toda sua inteireza, pois o trato de um tal assunto deve atrelar-se nos desígnios dos altos interesses da Nação, eventualmente necessitados de cuidados especiais.

Na verdade essa proposição 1563 tem o mérito de reconhecer a diversidade do controle a cargo do Poder Legislativo: o controle a que se reporta o artigo 45, que é direto, realizando-se pelas Casas do Congresso Nacional; e o controle previsto no artigo 70, que é indireto, porque se exercita por intermédio do Tribunal de Contas.

Também não obsta nem poderia elidir o poder de fiscalização ou de apuração das Comissões Parlamentares de Inquérito, ou de informações de que tratam os Pedidos de Informação, já que estes instrumentos de atuação parlamentar têm sede constitucional própria e finalidades específicas, que a lei ordinária não tem o condão de a eles sobrepor-se.

E como é óbvio, permaneceriam vigentes outras formas de controle, tais como o referendum dos Decretos-lei, aprovação de Planos Nacionais de Desenvolvimento, ratificação de acordos internacionais, apreciação do veto presidencial, aprovação de nomes para o exercício de altas funções públicas, aprovação de empréstimos, além de outras igualmente importantes, estatuídas na Lei Maior.

IV - O PROJETO DE LEI Nº 34/79-SF

O projeto de lei em epígrafe é reprodução do de nº 40/76-SF, apresentado pelo mesmo autor, eminente Senador MAURO BENEVIDES, na legislatura passada. Encontra-se atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, sob o nº 4050/80, pendente de distribuição à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas.

Uma detida leitura dessa proposição deixa transparecer que ela não consegue traduzir o verdadeiro sentido e alcance da norma constitucional que pretende operacionalizar. Diria que é excelente como proposta, como intenção.

Ora, o controle interno tem uma abrangência, em extensão, em atribuições, muito maior do que compete ao controle externo verificar, cotejar e contrastear, na versão das prerrogativas deferidas pelo artigo 70 da CF, vale dizer, do controle orçamentário e financeiro.

Assim, por exemplo, o Decreto-lei nº 200, de 1967, dispõe que:

"Art. 25 - A supervisão ministerial tem por principal objetivo:

I - assegurar a observância da legislação federal;

II - promover a execução dos programas do Governo;

III - fazer observar os princípios fundamentais enunciados no Título II (planejamento, descentralização, delegação de competência, coordenação e controle);

IV - coordenar as atividades dos órgãos supervisionados e harmonizar sua atução com a dos demais Ministérios;

V - avaliar o comportamento administrativo dos órgãos supervisionados e diligenciar no sentido de que estejam confiados a dirigentes capacitados;

VI - proteger a administração dos órgãos supervisionados contra interferência e pressões ilegítimas;

VII - fortalecer o sistema do mérito;

VIII - fiscalizar a aplicação e utilização de dinheiros, valores e bens públicos;

IX - acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Governo, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços;

X - fornecer ao órgão próprio os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro;

XI - transmitir ao Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização deste, informes relativos à administração financeira e patrimonial dos órgãos do Ministério".

Desse elenco de encargos, os de nºs III, IV, V, VI e VII compreendem matérias que, sem a menor dúvida, escapam ao controle externo indireto, a cargo do Tribunal de Contas. Não há lei que dê ao Tribunal competência para aferir a eficiência do controle interno nesses assuntos.

Só a atuação do Legislativo, com base no artigo45 da Constituição e em texto de lei reguladora bem feita, é que poderá exercer o poder de controle direto sobre os atos decorrentes daquelas diretrizes legais transcritas, ou de apuração da regularidade da prestação de serviços públicos ou da realização dos objetivos fixados nos atos de constituição das entidades paraestatais, dentre outros exemplos.

Como é sabido, o controle interno não fiscaliza a alta administração, mas executa a função de fiscalização para a alta administração. Numa empresa, por exemplo, a auditoria interna fiscaliza todos os atos praticados, exceto os da Direção.

Desse modo, e como a jurisdição do Tribunal de Contas se adstringe ao mundo dos atos com repercussão orçamentária e financeira em conformidade com a lei, é evidente que subsiste uma área imensa no terreno dos atos de outra natureza, digamos atos políticos ou político-legais, imune a um efetivo controle, um controle liberto do temor reverencial, sem as peias naturais da subordinação hierárquica, de fora da órbita de produção de tais atos.

A necessidade do controle externo direto (art. 45 CF) está justamente no seu grau de independência, de não subordinação, tal como ocorre com o controle externo indireto (art. 70 CF).

Para suprir a lacuna existente é que se idealizou e se materializou a regra do art. 45 da Constituição, segundo as palavras do ilustre ex-Senador JOSAPHAT MARINHO, in "A função de controle do Congresso Nacional", conferência realizada na Universidade de Brasília, e publicada na Revista de Informação Legislativa do Senado Federal, nº 53, págs. 12/38.

Mas querer-se invadir outras áreas de controle já devidamente gizadas pela Lei Magna, de caráter privativo, é atitude que não condiz com a realidade jurídica.

Ademais, o Projeto em comento não consegue atingir o cerne da questão, pois, além de genérico, é inconstitucional, conquanto seus propósitos sejam do mais alto significado.

Neste passo, invoco a palavra do consagrado Procurador do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. LINCOLN TEXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, que, ao se referir sobre o parágrafo único do artigo 2º do Projeto, aduz:

> "Afora aspectos secundários que, queremos crer, já receberam melhor tratamento noutras proposições legislativas, o Projeto de lei do Senado nº 34/79 falha por demasiada generalidade e, principalmente, incorre no vício capital de adscrever a fiscalização ao ângulo da LEGALIDADE DOS ATOS, precisamente aquele para cujo criterioso exame se mostra o Parlamento técnica e vocacionalmente menos aparelhado". (Item 122, da tese "O Controle de Atividade Pública pelo Poder Legislativo, apresentada ao XI Congresso dos Tribunais de Contas

A mesma autoridade, nas conclusões de sua brilhante tese, distingue com argúcia que "o controle técnico do Tribunal se prende à pauta vinculada da atividade executiva, ao passo que o controle político do Congresso se volta, sobretudo, para os ângulos discricionários da ação estatal. O Controle político fica a meio caminho entre o controle jurídico e o controle moral, mais limitado que o segundo, menos circunscrito que o primeiro". E remata:

"Muitos dos projetos em tramitação, inclusive o já aprovado pelo Senado Federal (34/79), contentam-se com a investigação técnico-jurídica da ação do Governo, esquecendo-se as primordiais finalidades desse controle, que se cifram à revisão, de base política, para o efeito de correções, parciais ou globais, no rumo da atividade executiva".

Extraio também para ilustrar este Relatório-Parecer, opinião do douto Procurador Chefe da Procuradoria Especial junto ao Tribunal de Contas do Muncípio do Rio de Janeiro, Dr. FERNANDO ANTÔNIO CORREA DE ARAÚJO, a propósito do referido Projeto 34/79-SF.

Sua Excelência é incisivo: "A letra "b" do artigo 2º dispõe que, quando se tratar da administração indireta, que para os efeitos desta lei compreende as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações, a ficalização será exercida sobre os atos da gestão administrativa, patrimonial e financeira". (Grifos do original).

"Ora - conclui - nesse ponto o projeto invade matéria tratada na Constituição e na legislação regulamentar, pretendendo invadir esfera de competência do Tribunal de Contas da União, que já exerce, como auxiliar do Congresso, o respectivo controle externo".

Peço vênia para trazer igualmente o pensar do nobre deputado DJALMA MARINHO, relator do Projeto nº 196-A, de 1967, da Câmara dos Deputados, havido como inconstitucional pela sua Comissão de Constituição e Justiça, ao acolher o parecer do relator.

Diz lapidarmente o ilustre parlamentar:

"Entre uma etapa e outra do controle político há um controle técnico, que a Constituição expressa e privativamente entregou ao Tribunal de Contas da União, controle exercido direta e permanentemente sobre as contas dos órgãos, entidades ou pessoas dos três Poderes da União, acompanhando a execução do orçamento, julgando as contas dos responsáveis por bens e valores, e impugnando os atos irregulares de despesa. Finalmente, examinando as contas do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional relatório minucioso e circunstanciado do exercício financeiro encerrado e o parecer conclusivo sobre as referidas contas".

"Ora, essa competência sem dúvida é privativa. E sendo privativa, unicamente o Tribunal a pode exercer. Diante dessa privatividade de competência não vemos como se possa entregar o seu exercício paralelo à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal".

Cabe, ademais - finaliza - ponderar que o exercício paralelo e separado do controle externo, na forma indicada, longe de atender a seus objetivos, só poderá tumultuar o controle externo, com enfraquecimento de sua atuação pela perplexidade que criaria para a Administração, que não saberia qual a orientação a adotar na hipótese de surgirem divergências de orientação dos três órgãos de controle externo.

V - CONCLUSÃO

Em síntese, a tese evidencia que a luta do Legislativo para tornar efetivo e operante o seu poder de controle direto e em firmar-se como centro decisório legiferante vem ao encontro do fortalecimento da ação do Tribunal de Contas.

Contudo, expressa o temor de que a aprovação da propositura em referência, tal como se encontra, traga prejuízo às atribuições das Cortes de Contas.

Pelas razões e fundamentos aduzidos ao longo deste parecer, opino pelo acolhimento do trabalho como valiosa colaboração, sobretudo se os subsídios que veicula puderem favorecer o êxito de gestões que por certo hão de ser feitas junto à Câmara dos Deputados.

Afinal, impedir o esvaziamento das funções dos Tribunais de Contas também é forma válida de vê-los fortalecidos.

Brasília, 27 de fevereiro de 1981.

RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
Auditor - TCDF - Relator

ATA DA 1882a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro ROGÉRIO NUNES, o Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, o Auditor MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA e o Procurador-Geral em exercício Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente em exercício, Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1881a. Sessão Ordinária.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 1888/80 - Aposentadoria da servidora MARIA ROSA MOREIRA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2264/80 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO CRISÓSTOMO;

PROCESSO Nº 2303/80 - Aposentadoria do servidor DOMINGOS BATISTA MAGALHÃES.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2816/80 - Convênio celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a Companhia de Eletricidade de Brasília, objetivando a execução de serviços de implantação de redes de distribuição de energia elétrica no Setor H-Norte de Taguatinga. Aos autos se juntou resultado de inspeção realizada pela Corte na CEB, com vistas a colher informações sobre a execução do citado convênio.- O Tribunal to

mou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2892/80 - Nota de empenho nº 1.034/80-DPC e outras, emitidas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 2993/80 - Nota de empenho nº 716/80-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 3108/80 - Nota de empenho nº 776/80-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 3133/80 - Nota de empenho nº 557/80-IDR e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 3208/80 - Nota de empenho nº 515/80-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 3213/80 - Nota de empenho nº 1122/80-DPC e outras, emitidas por diversas Administrações Regionais;

PROCESSO Nº 3228/80 - Nota de empenho nº 1020/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos;

PROCESSO Nº 3262/80 - Nota de empenho nº 1035/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO Nº 3396/80 - Nota de empenho nº 435/80-ISDF e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 60/81 - Nota de empenho nº 380/80-DEFER e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação;

PROCESSO Nº 66/81 - Nota de empenho nº 829/80-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 3397/80 - Nota de empenho nº 1240/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais;

PROCESSO Nº 89/81 - Nota de empenho nº 931/80-DPC e outras, emitidas por diversas Administrações Regionais;

PROCESSO Nº 113/81 - Nota de empenho nº 63/80-SEG e outras, emitidas pela Secretaria do Governo;

PROCESSO Nº 154/81 - Nota de empenho nº 455/80-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 168/81 - Nota de empenho nº 562/80-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 171/81 - Nota de empenho nº 546/80-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 183/81 - Nota de empenho nº 606/80-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 191/81 - Nota de empenho nº 92/80-DCFI e outras, emitidas pela Secretaria de Administração;

PROCESSO Nº 196/81 - Nota de empenho nº 851/80-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 197/81 - Nota de empenho nº 691/80-IDR e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 199/81 - Nota de empenho nº 1467/80-DPC e outras, emitidas pelo Gabinete Civil do Governador;

PROCESSO Nº 200/81 - Nota de empenho nº 1237/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 203/81 - Nota de empenho nº 421/80-DEFER e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação;

PROCESSO Nº 209/81 - Nota de empenho nº 1270/80-DPC e outras, emitidas pelo Conselho Penitenciário do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 214/81 - Nota de empenho nº 01/81-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 3078/80 - Decreto nº 5538/80, que abre crédito suplementar a favor do Gabinete Civil do Governador, no valor de Cr$4.150.000,00;

PROCESSO Nº 3153/80 - Decreto nº 5587/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$850.000,00;

PROCESSO Nº 3176/80 - Decreto nº 5582/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Segurança Pública, no valor de Cr$15.000.000,00;

PROCESSO Nº 3465/80 - Decreto nº 5656/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Serviços Sociais, no valor de Cr$4.800.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 2252/80 - Aposentadoria da servidora MARIA LUISA DE OLIVEIRA.- O Tribunal determinou diligência para o fim indicado no parecer da Procuradoria-Geral, anexo à presente ata.

PROCESSO Nº 3015/80 - Nota de empenho nº 564/80-IDR e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 108/81 - Nota de empenho nº 1296/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Administração.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 3169/80 - Decreto nº 5595/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Serviços Públicos, no valor de Cr$941.480,00;

PROCESSO Nº 3170/80 - Decreto nº 5594/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$3.500.000,00;

PROCESSO Nº 3172/80 - Decreto nº 5592/80, que abre crédito suplementar a favor da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, no valor de Cr$1.150.000,00;

PROCESSO Nº 3175/80 - Decreto nº 5593/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Educação e Cultura, no valor de Cr$67.158.786,32;

PROCESSO Nº 3177/80 - Decreto nº 5596/80, que abre crédito suplementar a favor do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, no valor de Cr$22.000.000,00;

PROCESSO Nº 3195/80 - Decreto nº 5601/80, que abre crédito suplementar a favor do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$300.000,00;

PROCESSO Nº 3197/80 - Decreto nº 5599/80, que abre crédito suplementar a favor do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$394.324,05;

PROCESSO Nº 3201/80 - Decreto nº 5598/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$1.900.632,80;

PROCESSO Nº 3203/80 - Decreto nº 5605/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$5.896.000,00;

PROCESSO Nº 3441/80 - Decreto nº 5633/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$7.489.939,99;

PROCESSO Nº 3442/80 - Decreto nº 5636/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Agricultura e Produção, no valor de Cr$10.806.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 3243/80 - Prestação de contas de subvenção concedida à Casa do Candango, no valor de Cr$2.000,00.- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 3256/80 - Balancete da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, mês de outubro/80.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações da entidade e futura contrasteação com suas contas anuais.

PROCESSO Nº 82/81 - Balancete da PROFLORA S.A. - Florestamento e Reflorestamento, mês de novembro/80.- Relevando pequeno atraso verificado na remessa do balancete à Corte, o Tribunal dele tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações da entidade e futura contrasteação com suas contas anuais.

RELATADOS PELO AUDITOR MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

PROCESSO Nº 811/80 - Aposentadoria da servidora MARIA IRIS BICALHO FERREIRA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1864/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Secretaria do Governo, exercício de 1979.- Decidiu o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral: a) julgar os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade do detentor de adiantamento JOAQUIM JOSÉ DE SANTANA.

PROCESSO Nº 2256/80 - Aposentadoria do servidor ABDON JOSÉ BATISTA;

PROCESSO Nº 2259/80 - Aposentadoria do servidor ESPEDITO ANTÔNIO;

PROCESSO Nº 2325/80 - Aposentadoria do servidor ANTÔNIO MENDES SOBRINHO.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2799/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa do Gabinete Civil do Governador, exercício de 1979.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2813/80, contendo relatório de inspeção realizada pela Inspetoria-Geral desta Corte na Secretaria de Agricultura e Produção.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2828/80, com relatório de inspeção realizada na NOVACAP por servidores da Divisão de Controle de Projetos desta Corte, objetivando o acompanhamento da abertura da Tomada de Preços nº 189/80-CPL, para construção de um terminal rodoviário na Ceilândia.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3059/80 - Decreto nº 5552/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Educação e Cultura, no valor de Cr$2.800.000,00;

PROCESSO Nº 3075/80 - Decreto nº 5547/80, que abre crédito suplementar a favor do Departamento de Turismo, no valor de Cr$689.000,00;

PROCESSO Nº 3077/80 - Decreto nº 5535/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria do Governo, no valor de Cr$... 8.500.000,00;

PROCESSO Nº 3079/80 - Decreto nº 5534/80, que abre crédito suplementar a favor de diversas Unidades Orçamentárias, no valor de Cr$2.324.476.000,00;

PROCESSO Nº 3145/80 - Decreto nº 5586/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$80.000.000,00;

PROCESSO Nº 3146/80 - Decreto nº 5591/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$5.000.000,00;

PROCESSO Nº 3167/80 - Decreto nº 5572/80, que abre crédito suplementar a favor do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$2.700.000,00;

PROCESSO Nº 3202/80 - Decreto nº 5614/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Finanças, no valor de Cr$... 23.044.000,00;

PROCESSO Nº 3254/80 - Decreto nº 5625/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Administração, no valor de Cr$1.100.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 3157/80 - Nota de empenho nº 198/80-SEC e outras, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura;

PROCESSO Nº 3261/80 - Nota de empenho nº 75/80-PRG e outras, emitidas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 3263/80 - Nota de empenho nº 70/80-SSP e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA pediu a palavra para fazer a seguinte proposição:

"Senhor Presidente

Muito agradeceria fosse consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje um voto de congratulações com o nobre Auditor VIDAL DA FONTOURA, do Tribunal de Contas da União, pela sua merecida indicação para compor o Colégio de Ministros daquela augusta Corte de Contas.

Trata-se de um dos mais antigos valores da Instituição, onde vem atuando na função desde 24.9.49.

A par de sua elevada cultura, destaca-se ainda o nobre Auditor pelas altas qualidades de homem de trato ameno, cordial e amigo.

Estimaria ainda fosse feita a devida comunicação à Presidência do TCU e ao homenageado."

- O Tribunal acolheu a proposta do Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA.

O Senhor Presidente determinou que se registrasse em ata seus agradecimentos aos membros do Plenário que, durante a quinzena em que exerceu a Presidência, reduplicaram seu trabalho com exemplar dedicação — em face do afastamento de três Conselheiros por motivo de férias e de representação do Tribunal em conclave realizado fora de Brasília.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu,

ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral em exercício.

JOSÉ PARSIFAL BARROSO

ROGÉRIO NUNES

RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

Processo nº. 2252/80

E M E N T A

1. Aposentadoria voluntária de Maria Luiza de Oliveira, com apoio da L.C.nº 36/79.

2. As Leis Complementares nºs. 29/77, 30/77 e 36/79 não são aplicáveis a servidores dos quadros suplementares de pessoal que contem tempo de serviço suficiente para a aposentadoria da Lei nº 1.711/52.

3. Conversão do julgamento em diligência para que o ato em referência seja retificado, a fim de se conceder a aposentadoria nos termos dos arts. 176, II, e 178, I, a, do Estatuto.

P A R E C E R

As Leis Complementares nºs. 29/77 e 30/77 instituíram um tipo especialíssimo de aposentadoria, para permitir que servidores condenados à estagnação por não terem sido aproveitados no Plano de Classificação de Cargos instituido pela Lei nº 5.645/70 ou que estivessem na situação de disponibilidade pela extinção dos cargos que ocupavam, pudessem deixar o serviço público e tentar novos empregos.

2. O tempo de atividade pública exigida como condição para a aposentadoria foi fixado num mínimo de dez anos e apesar das citadas leis não estabelecerem um teto máximo desse tempo, a concessão, sempre com proventos proporcionais, é indicativa de que os servidores que contassem tempo de serviço suficiente para a aposentadoria na forma do art. 176, II do Estatuto, não poderiam ser beneficiados com essa forma especial de inativação.

3. Esse convencimento encontra apoio ainda na L.C.nº 36/79, que ao tratar da revisão dos proventos, insiste na regra da proporcionalidade (art. 2º).

4. Ora, a servidora a que se refere o processo, ao requerer, em 05 de março de 1980, a aposentadoria nos termos da citada lei contava já 33 anos, 10 meses e 16 dias de serviço, como se pode verificar na atestação à fl. 03 v, e nas certidões às fls. 9 e 18. Esse tempo dá-lhe direito a proventos integrais e assim foram calculados à fl. 22.

5. Sou, pois, de parecer que o Tribunal converta o julgamento em diligência para que o ato à fl.17 seja retificado, a fim de considerar a aposentadoria nos termos dos arts. 176, II e 178, I, a, do Estatuto.

Brasília, 28 de janeiro de 1 981.

ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO
Procuradora-Geral

ATA DA 1883a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 05 dias do mês de março de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA, o Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e o Procurador-Geral em exercício Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente em exercício, Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1882a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu boas-vindas ao Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA, que reassumiu hoje suas funções na Corte — das quais estivera afastado, nos termos do § 3º do Art. 63 do Regimento Interno.

A seguir, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de dois expedientes:

— Telex do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Conselheiro JORGE ASSUNÇÃO, comunicando a eleição do Conselheiro JOSÉ DE MELO GOMES para o cargo de Vice-Presidente daquela Corte.

— Cartão do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Conselheiro EDYL PEREIRA FERRAZ, encaminhando um exemplar do "Parecer prévio sobre as contas do Governo do Estado", exercício de 1979.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 1856/80, em que se contém relatório de inspeção realizada na Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda - SHIS, pela Divisão de Controle de Empresas Públicas (2a. ISCE), para verificar, com base no balancete de junho de 1980, a regularidade de certos procedimentos e a origem de débitos levantados pelo IAPAS.- Decidiu o Tribunal, tomando conhecimento do relatório, fazer à SHIS as recomendações sugeridas pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 2276/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ RIBEIRO DO NASCIMENTO.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2277/80 - Aposentadoria do servidor GERALDO GOMES DE PAULA;

PROCESSO Nº 2280/80 - Aposentadoria do servidor DERALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 2293/80 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO GONÇALVES DE OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 2530/80 - Aposentadoria do servidor PEDRO FERREIRA DA SILVA;

PROCESSO Nº 3346/80 - Aposentadoria do servidor EURICO PAULINO DOS SANTOS.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2282/80 - Aposentadoria do servidor ONÉZIO FERNANDES RIBAS.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2927/80 - Nota de empenho nº 393/80-ISDF e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 179/81 - Nota de empenho nº 1297/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais;

PROCESSO Nº 180/81 - Nota de empenho nº 1243/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Saúde;

PROCESSO Nº 193/81 - Nota de empenho nº 159/80-AERB e outras, emitidas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 3174/80 - Decreto nº 5578/80, que abre crédito suplementar a favor da Região Administrativa III - Taguatinga, no valor de Cr$12.059.744,67;

PROCESSO Nº 3190/80 - Decreto nº 5581/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Segurança Pública, no valor de Cr$3.300.000,00;

PROCESSO Nº 3193/80 - Decreto nº 5603/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Finanças, no valor de ... Cr$8.900.000,00;

PROCESSO Nº 3204/80 - Decreto nº 5610/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Serviços Sociais, no valor de Cr$52.712,00;

PROCESSO Nº 3249/80 - Decreto nº 5628/80, que abre crédito suplementar a favor de diversas Unidades Orçamentárias, no valor de Cr$279.000,00;

PROCESSO Nº 3251/80 - Decreto nº 5624/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Administração, no valor de Cr$85.000.000,00;

PROCESSO Nº 3252/80 - Decreto nº 5623/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Serviços Públicos, no valor de Cr$79.000.000,00;

PROCESSO Nº 3253/80 - Decreto nº 5621/80, que abre crédito suplementar a favor de diversas Unidades Orçamentárias, no valor de Cr$170.000.000,00;

PROCESSO Nº 3255/80 - Decreto nº 5626/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Serviços Sociais, no valor de Cr$1.000.000,00;

PROCESSO Nº 3439/80 - Decreto nº 5634/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Finanças, no valor de ... Cr$1.500.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 3426/80 - Balancetes da Fundação Educacional do Distrito Federal, mês de novembro/80;

PROCESSO Nº 3433/80 - Balancetes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP -, mês de novembro/80.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente informou o Plenário de que encaminhara ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em tempo oportuno, o Parecer do Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA sobre a tese "Os Tribunais de Contas e seu Vínculo Político Prefetencial", apresentada pelo Conselheiro LUIZ ALBERTO FERREIRA BAHIA, membro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ao XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil; o Senhor Presidente louvou o esforço do Relator, Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, para dar exata conta da missão de que fora incumbido pela Corte em Sessão realizada a 17 de fevereiro último.

Nada mais havendo a tratar, às 17:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral em exercício.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

ATA DA 1884a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 10 dias do mês de março de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e o Procurador-Geral em exercício Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1883a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente apresentou boas-vindas ao Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, que, após o gozo de férias, reassumiu ontem suas funções na Corte; ficou desconvocado, em conseqüência, seu substituto, o Auditor JESUS DA PAIXÃO REIS.

A seguir, deu conhecimento ao Plenário do Relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Inspetoria-Geral de Controle Externo durante o exercício de 1980 (processo nº 658/81).- Os membros do Plenário manifestaram sua satisfação e seu louvor pelo excelente trabalho realizado pela Inspetoria-Geral.

Finalmente, o Senhor Presidente informou o Plenário do recebimento dos seguintes expedientes:

— Ofícios dos Exmos. Senhores IBRAHIM ABI-ACKEL, Ministro da Justiça, HELIO BELTRÃO, Ministro Extraordinário para a Desburocratização, e General ANTONIO FERREIRA MARQUES, Comandante do III Exército, felicitando o Conselheiro GERALDO FERRAZ por sua eleição e posse no cargo de Presidente desta Corte.

— Telex do Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL e Senhora, agradecendo a manifestação de pesar do Tribunal pelo falecimento de Dona ALDEYDE CAHU, sogra do Senhor Ministro.

— Telex do Exmo. Senhor MARCO MACIEL, Governador do Estado de Pernambuco, transmitindo agradecimentos à Corte pela homenagem póstuma prestada ao Marechal CORDEIRO DE FARIAS.

— Ofício do Exmo. Senhor Senador JARBAS PASSARINHO, Presidente do Senado Federal, comunicando a composição da Mesa eleita para dirigir os trabalhos daquela Casa nas 3a. e 4a. Sessões Legislativas da 46a. Legislatura.

— Ofício do Exmo. Senhor Ministro XAVIER DE ALBUQUERQUE comunicando sua posse no cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, bem como a do Exmo. Senhor Ministro JOÃO LEITÃO DE ABREU no cargo de Vice-Presidente daquela Egrégia Corte.

— Ofício do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Conselheiro RUY LINS DE ALBUQUERQUE, encaminhando "os Pareceres desta Corte acerca da Proposição de autoria do Dr. OTÁVIO DE SOUZA MACHADO, subordinada ao tema 'Prisão Administrativa como Meio Coercitivo para Cumprimento das Decisões dos Tribunais de Contas do País' e da Tese 'O Controle da Aplicação de Recursos Tributários sob a Égide do Decreto nº 1805/80', da lavra, igualmente, do Dr. OTÁVIO DE SOUZA MACHADO e do Dr. ROBERTO MAIA DE ATAÍDE, ambos do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. A autoria, por sua vez, dos Pareceres é do Dr. LUIZ DE MAGALHÃES MELO, Procurador Geral desta Corte de Contas."

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 883/76 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a administração das obras de diversas unidades para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Foi juntado ao processo — em face de determinação da Corte constante do Of. GP nº 668/80 — o 15º termo de aditamento que visa rescindir o décimo primeiro termo de aditamento ao mencionado convênio.- O Tribunal decidiu: a) tomar conhecimento do termo de rescisão; b) determinar nova diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 2376/79, com resultados de numerosas inspeções realizadas por servidora da 2a. DICONP (3a. ISCE) na CAESB, com o fim de verificar a regularidade dos procedimentos adotados na execução do convênio nº 35/79 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras, e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, regulando a execução dos serviços da 2a. etapa de implantação de esgotos sanitários no Conjunto Habitacional "Ceilândia".- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento da execução das obras até a fase inspecionada; b) determinar à CAESB as providências sugeridas pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 719/80 - Convênio nº 058/79 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional do Gama, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração da execução das obras de ampliação do Terminal Rodoviário do Gama. Foram juntados ao processo resultados de inspeção realizada na NOVACAP.- O Tribunal, tomando conhecimento, decidiu solicitar daquela empresa a remessa, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, da prestação de contas final do convênio.

PROCESSO Nº 1098/80 - Contrato nº 66/80 celebrado entre o Distrito Federal e o Consórcio Federal de Agências de Publicidade S/C Ltda., administrado e gerido pela firma Norton Publicidade S/A, objetivando a execução de serviços de divulgação e publicidade a serem prestados à Administração Direta do Distrito Federal. Aos autos se juntaram esclarecimentos do Exmo. Senhor Chefe do Gabinete Civil, em atendimento à solicitação da Corte constante do Of. GP nº 663/80.- Em face dos satisfatórios esclarecimentos apresentados, decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento do contrato 66/80, citado, e dos termos de aditamento (fls. 31/32) e de re-ratificação (fls. 33/35); b) considerar correta a classificação das despesas a que se referem as notas de empenho de fls. 3 a 18 e 36 a 42.

PROCESSO Nº 1326/80 - Aposentadoria do servidor TEODORO ALVES BARBOSA — a que se juntou ato de retificação da aposentadoria.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, retificado pelo de fls. 23, em atendimento a diligência ordenada pela Corte.

PROCESSO Nº 1877/80 - Aposentadoria do servidor EVERALDO FERREIRA DE ALMEIDA — a que se juntou ato de revisão de proventos.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria de fl. 08, revisto pelo de fl. 19 — devendo, entretanto, ser feita a correção indicada no parecer.

PROCESSO Nº 2109/80 - Relatório de inspeção realizada pela Corte no Departamento de Turismo, para verificar o cumprimento de normas legais no que concerne à emissão da nota de empenho 512/80-TUR. Foram juntados ao processo esclarecimentos daquele órgão, em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- Tomando conhecimento dos esclarecimentos, decidiu o Tribunal considerar correta a classificação da despesa de que trata a NE 512/80-TUR e recomendar ao DETUR a observância dos artigos 29, 37 e 38 do Decreto nº 4.507/78, por ocasião do processo licitatório.

PROCESSO Nº 2219/80 - Aposentadoria do servidor JOÃO ALEXANDRE DE SOUZA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2587/80 - Pensão especial concedida à Senhora NILDA MARIA MARTINS RIO BRANCO, viúva do ex-servidor DEMÓSTENES GARCIA RIO BRANCO.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato concessório.

PROCESSO Nº 55/81 - Nota de empenho nº 1207/80-DPC e outras, emitidas pela Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 1484/78 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — do servidor FRANCISCO MENDONÇA LEITE; aos autos se juntou pedido de averbação de tempo de serviço.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu considerar legal a alteração do tempo de serviço, bem como a conseqüente retificação do ato de fixação dos proventos.

PROCESSO Nº 3597/79 - Aposentadoria do servidor JAYME DE MATTOS; aos autos se juntou ato de retificação da aposentadoria.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria retificado pelo de fl. 33, em atendimento a solicitação da Corte.

PROCESSO Nº 290/80 - Aposentadoria do servidor ADJALMA ANTONIO ALVES.- O Tribunal determinou nova diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1169/80 - Convênio nº 30/80 celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a execução das obras de pavimentação e conservação de áreas urbanizadas em Brazlândia.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral — concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2504/80, com esclarecimentos do Senhor Superintendente da Administração da Estação Rodoviária de Brasília sobre a emissão das notas de empenho de nºs. 101 a 106/80-AERB.- Decidiu o Tribunal: a) considerar satisfatória a justificativa apresentada quanto à alínea b do Of. GP nº 772/80; b) alertar e advertir o órgão nos termos propostos pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 2838/80 - Pensão especial concedida à Senhora FABIANA LOURENÇO DE VASCONCELOS, viúva do ex-servidor WILSON DE VASCONCELOS.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal considerou legal o ato concessório, nos termos do parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 3163/80 - Nota de empenho nº 997/80-DPC e outras, emitidas pela Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO Nº 177/81 - Nota de empenho nº 243/80-SEC e outras, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 357/81 - Contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança nas diversas unidades administrativas operacionais, celebrado entre a CAESB e a Empresa de Segurança e Serviços Técnicos Ltda.- Ao tomar conhecimento do pacto, decidiu o Tribunal determinar à Inspetoria-Geral que proceda aos estudos sugeridos no voto do Relator.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 740/77 - Reforma do policial NICOLAU MOREIRA DA SILVA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de reforma, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 3578/79 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — do servidor JOSÉ LOPES DA SILVA; aos autos se juntou ato que retifica o anterior, tendo em conta determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato retificatório.

PROCESSO Nº 2391/80 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO SOTERO DA CUNHA;

PROCESSO Nº 2395/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ ROQUE DA SILVA;

PROCESSO Nº 2522/80 - Aposentadoria do servidor CÍCERO RAPOSO DE OLIVEIRA.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2623/80, em que se contém relatório de inspeção realizada pela Corte na NOVACAP, com a finalidade de obter elementos necessários ao acompanhamento do convênio nº 018/80 celebrado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a administração da 2a. etapa das obras do Estádio de Brasília.- O Tribunal, tomando conhecimento, decidiu indagar da NOVACAP e da Secretaria de Viação e Obras se foram designados os fiscais a que aludem as alíneas a e b da informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 34/81 - Nota de empenho nº 131/80-RA/III e outras, emitidas pela Administração Regional da Taguatinga;

PROCESSO Nº 36/81 - Nota de empenho nº 1.205/80-DPC e outras, emitidas pela Administração Regional do Gama;

PROCESSO Nº 42/81 - Nota de empenho nº 344/80 e outras, emitidas pelo DEFER;

PROCESSO Nº 181/81 - Nota de empenho nº 451/80-ISDF e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 227/81 - Nota de empenho nº 21/80-ISDF e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 229/81 - Nota de empenho nº 01/81-SAP e outras, emitidas pela Secretaria de Agricultura e Produção.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 453/80 - Aposentadoria da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 1387/80 - Aposentadoria do servidor OSWALDO ZAMARIOLLI.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 1824/80, contendo a Nota de Anulação de Empenho nº 14/80-SVO, destinada à anulação parcial de recursos do convênio nº 049/80 celebrado entre o Distrito Federal e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para execução dos serviços de implantação de vias, estradas e obras complementares no DF.- O Tribunal, tomando conhecimento da Nota de Anulação, determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 2024/80 - Aposentadoria da servidora ELZA CURADO.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria — devendo, entretanto, ser efetuada a retificação sugerida na instrução.

PROCESSO Nº 2350/80, com relatório de inspeção realizada por servidores da Corte na Administração Regional de Planaltina, com vistas a obter esclarecimentos a respeito da emissão das notas de empenho de nºs. 26 a 37/80-RA/VI.- Decidiu o Tribunal: a) excepcionalmente, considerar correta a classificação das despesas; b) fazer àquela Administração Regional a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 2503/80 - Nota de empenho nº 465/80-IDR e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 2973/80 - Nota de empenho nº 273/80-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 14/81 - Nota de empenho nº 441/80 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 61/81 - Nota de empenho nº 330/80-DEFER e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação;

PROCESSO Nº 62/81 - Nota de empenho nº 383/80-DEFER e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação;

PROCESSO Nº 138/81 - Nota de empenho nº 534/80 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 153/81 - Nota de empenho nº 501/80-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 175/81 - Nota de empenho nº 1.292/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos;

PROCESSO Nº 176/81 - Nota de empenho nº 1.487/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO Nº 178/81 - Nota de empenho nº 713/80-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 201/81 - Nota de empenho nº 1.474/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 207/81 - Nota de empenho nº 310/80-PMDF e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 213/81 - Nota de empenho nº 01/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Administração;

PROCESSO Nº 215/81 - Nota de empenho nº 26/81-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 216/81 - Nota de empenho nº 01/81-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 221/81 - Nota de empenho nº 01/81-GAG e outras, emitidas pela Gabinete Civil do Governador;

PROCESSO Nº 228/81 - Nota de empenho nº 03/81-DCF e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2860/80, que trata de estudos da Procuradoria-Geral do DF a respeito do recolhimento da contribuição do salário-educação; aos autos se juntou novo parecer do Ministério Público junto a esta Corte sobre o assunto.- Em face da nova legislação sobre a matéria (DL.1422, de 23.10.75, e D. 76.923, de 26.12.75), ficou prejudicada a sugestão contida em parecer anterior do Ministério Público junto a esta Corte; o Tribunal determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3023/80, com resultados de inspeções realizadas na CAESB pela Inspetoria-Geral desta Corte, com o fim de obter informações sobre a regular execução do convênio celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB), objetivando a execução de serviços de saneamento no setor H-Norte de Taguatinga.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento do mencionado convênio; b) considerar regular a execução das obras objeto do pacto, até a fase inspecionada; c) determinar o retorno do processo à 3a. Inspetoria Seccional para acompanhamento das obras.

PROCESSO Nº 3199/80 - Decreto nº 5585/80, que abre crédito suplementar a favor do Departamento de Educação Física, Esportes

e Recreação, no valor de Cr$3.280.000,00.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 3205/80 - Nota de empenho nº 790/80-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 3238/80 - Convênio nº 066/80 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando execução de obras de ampliação, cobertura e urbanização de feiras na Ceilândia;

PROCESSO Nº 296/81 - Atas das 333a., 334a. e 335a. reuniões ordinárias do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília,

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1050/76 - Convênio celebrado a 28/04/76 entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a execução dos serviços de conservação das áreas urbanizadas no Plano Piloto e setores.- O Tribunal determinou o arquivamento do processo, pelas razões expostas na informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 2380/78 - Aposentadoria da servidora ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA;

PROCESSO Nº 2537/80 - Aposentadoria do servidor SEVERINO CASSIMIRO DA SILVA.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2734/79 — Aposentadoria do servidor MARLEIDO AVELINO DA NÓBREGA — a que se juntou pedido de reconsideração, formulado pelo interessado, da decisão da Corte que considerou ilegal o ato de retificação de sua aposentadoria.- Decidiu o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantida a decisão anterior.

PROCESSO Nº 1151/79 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — do servidor FERNANDO FREIRE BORGES; aos autos foi juntado requerimento do servidor solicitando averbação de tempo de serviço;

PROCESSO nº 2455/79 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — do servidor PAULO RICARDO THEOPHILO ALBANO DE ARATANHA; aos autos se juntou requerimento do interessado solicitando averbação de tempo de serviço;

PROCESSO Nº 1926/80 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — do servidor JOÃO BATISTA DE MELO; aos autos se juntou requerimento do interessado solicitando averbação de tempo de serviço.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as alterações dos tempos de serviço, bem como os novos estipêndios.

PROCESSO Nº 2830/79 - Aposentadoria do servidor MANOEL QUARESMA DA SILVA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria — devendo, entretanto, ser efetuada a retificação sugerida na instrução.

PROCESSO Nº 133/81 - Decreto nº 5634/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Segurança Pública, no valor de Cr$1.500.000,00;

PROCESSO Nº 140/81 - Decreto nº 5728/80, que abre crédito suplementar a favor do Instituto de Saúde do Distrito Federal, no valor de Cr$170.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 758/78, em que se contêm a prestação de contas das despesas efetuadas durante o 3º trimestre de 1980, relativa ao convênio celebrado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a execução dos serviços de pavimentação asfáltica e implantação de galerias de águas pluviais no Núcleo Bandeirante;

PROCESSO Nº 1815/80, com resultados de inspeção realizada na NOVACAP por servidores desta Corte, com o objetivo de examinar os procedimentos concernentes ao convênio nº 047/80 celebrado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a administração de obras no Plano Piloto e Cidades Satélites.

- O Tribunal, acolhendo as razões expostas nas informações da Inspetoria-Geral, determinou o arquivamento dos processos.

PROCESSO Nº 2430/80 - Tomada de contas do agente de material do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, relativa ao exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2517/80 - Tomada de contas do agente de material da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2551/80 - Tomada de contas do agente de material da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, exercício de 1979.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, julgou os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 2533/80 - Aposentadoria do servidor ORLANDO DIAS PEREIRA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 3194/80 - Decreto nº 5602/80, que abre crédito suplementar a favor de diversas Unidades Orçamentárias, no valor de Cr$450.000,00;

PROCESSO Nº 3196/80 - Decreto nº 5600/80, que abre crédito suplementar a favor do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$113.280,00;

PROCESSO Nº 3458/80 - Decreto nº 5652/80, que crédito suplementar a favor do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no valor de Cr$828.360,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 3217/80 - Nota de empenho nº 153/80-AERB e outras, emitidas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília;

PROCESSO Nº 3264/80 - Nota de empenho nº 564/80-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 3319/80 - Nota de empenho nº 585/80-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 3398/80 - Nota de empenho nº 488/80 e outras, emitidas por esta Corte de Contas.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 289/81 - Ata da 1461a. reunião do Conselho de Administração da NOVACAP;

PROCESSO Nº 290/81 - Ata da 1452a. reunião do Conselho de Administração da NOVACAP;

PROCESSO Nº 291/81 - Atas das 1462a. e 1464a. reuniões do Conselho de Administração e 1588a. reunião da Diretoria da NOVACAP;

PROCESSO Nº 374/81 - Atas das 337a. e 338a. reuniões ordinárias do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a bai-

PROCESSO Nº 292/81 - Balancete da Fundação Cultural do Distrito Federal, mês de dezembro/80.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações da entidade e futura contrasteação com suas contas anuais.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente fez um breve relato do que foi a realização — em Maceió, no período de 15 a 21 de fevereiro último — do Seminário Internacional sobre Técnicas Modernas de Controle Financeiro e Orçamentário, salientando sua ótima organização e o alto e proveitoso nível dos debates.

O Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, concordando com a exposição do Senhor Presidente, acrescentou que, na oportunidade, foram feitos satisfatórios entendimentos para a filiação do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil ao Instituto Latino Americano de Ciências Fiscalizadoras - ILACIF; disse que o atual Presidente do Instituto, Dr. ANÍBAL MARTINEZ ZULETA, antecipou sua posição de apoio e colaboração no sentido de que se efetive a filiação.

Nada mais havendo a tratar, às 17:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA' Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral em exercício.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA -AERB-

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão instituida pela Portaria nº 065/80-SSP de 05/08/80, torna público o julgamento das propostas recebidas na reunião da Licitação de que trata o Edital nº 005/80 - AERB, realizada no dia 26/12/80, para as áreas do Terminal Rodoferroviário de Passageiros, conforme quadro a seguir:

ITEM	RAMO DE ATIVIDADE	FIRMAS CONCORRENTES.	HABILITAÇÃO	JULGAMENTO ENVELOPE Nº "2"			DESEMPATE	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
				PREÇO/ M2.	PRAZO	PROJETO			
01	Artesanato Regional	-	-	-	-	-	-	-	Não houve licitante
02	Bomboniere	Antonia de Fátima Alves da Silva.	SIM	400,00	5 dias	1º	VI 2 a	1º	Por unanimidade
		Samuel Credman	SIM	400,00	1 dia	2º	-	2º	-
03	Farmácia	Joyner Vieira de Souza	SIM	200,00	7 dias	1º	-	1º	Unico Licitante
04	Barbearia	-	-	-	-	-	-	-	Não houve licitante
05	Engraxataria	-	-	-	-	-	-	-	Não houve licitante

Os licitantes, de acordo dom o item 1 x 3 do Edital, terão o prazo de 03 (tres) dias úteis, contados a partir desta publicação, para recorrerem ao Senhor Secretário de Serviços Públicos do julgamento da comissão

Brasília, DF, 26 de janeiro de 1.981

JOAQUIM ARANTES NETO
Presidente da Comissão

(Republicado por ter saído com incorreção do original, no "DODF" nº 031, de 13.02.81, pág.06)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-006/81 – CAESB PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E IMPRESSOS.

Chamamos a atenção dos interessados para a TOMADA DE PREÇOS Nº TP-006/81-CAESB, em referência, que a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB fará realizar no dia 03 de abril de 1981, às 15 horas, na Sala de Licitações, no segundo andar do Edifício – Sede da CAESB, à Quadra 04, Bloco "A", nºs 67/97, Setor Comercial Sul, em Brasília-DF.

O Edital, as especificações e as Normas referentes à Licitação em pauta poderão ser adquiridos no Departamento de Material, no 2º andar do Edifício-Sede da CAESB, e quaisquer informações adicionais a respeito do Edital serão prestadas pelo Serviço de Apoio às Licitações, no mesmo local.

Brasília, 16 de março de 1981

IVANIR BATISTA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Presidente

GOVERNO DO DITRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN

AVISO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS nº 002/81
PROCESSO nº 585.294/81

OBJETO: Aquisição de Formulário Contínuo "Demonstrativo de Pagamento"
DATA: 31 de março de 1981
LOCAL: Sala de reuniões 2º andar do Edifício Sede, Situado no SAI-N, Projeção "H".

EDITAL: Encontra-se afixado no Quadro de Avisos da Empresa, no Andar Térreo do endereço acima.

Brasilia-DF., 16 de março de 1981

JOSÉ AUGUSTO RAMOS DOURADO
Presidente da Comissão de Licitação

(DIAS 18, 19 e 20)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº Sr. Conselheiro LUIZ GONZAGA THEODORO, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 24 de março de 1981 (terça-feira), às 15 horas, ou Sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas e mais os seguintes feitos:

PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO

RV – 165/79
RECORRENTE: Luiz Antonio da Costa e Silva
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Wellington Carlos Batista
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procurador Darione Nunes Cardoso
(Republicado por incorreção)

RV – 287/80
RECORRENTE: – Cerealista Tocantins Ltda.
RELATOR: Conselheiro Newton Egydio Rossi
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procurador Darione Nunes Cardoso

REO – 160/79
RECORRENTE: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
RECORRIDO: José Augusto Ferreira de Lima
RELATOR: Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

PARA PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

RV – 191/80
RECORRENTE: Genyr Alves Barbosa
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
RELATOR: Conselheiro Walter Basniaki Linhares
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal

Em, 12 de março de 1981

MARIA MARCIA ARAÚJO MARTINS

Assistente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 043/81-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso V, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122, de 31 de dezembro de 1975, torna públicas as Instruções Reguladoras do CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA DATILÓGRAFOS.

1. OBJETIVOS

1.1 GERAL

Preparar os participantes para realizarem, corretamente e com estetica, trabalhos datilográficos, proporcionando-lhes orientação teórico-prática, através de atividades integradas.

1.2 ESPECÍFICOS

Possibilitar aos participantes condições de:
– sanarem dificuldades por eles encontradas no relacionamento interpessoal,
– desenvolverem habilidades para o desenpenho de trabalho datilográficos;
– utilizarem instrumentos facilitadores de seu trabalho;
– desenvolverem suas atividades com o máxima de rendimento e o minimo de custo.

2. CLIENTELA

Profissionais que executam ou venham a executar trabalhos datilográficos, que tenham o 1º Grau completo e a idade máxima de 40 (quarenta) anos.

3. INSCRIÇÕES

3.1 – O Setor de Relações Públicas do IDR encaminhará aos titulares de Organizações Públicas e Privadas do DF prospectos, contendo as informações necessárias e Fichas de Pré-incrição, que deverão ser preenchidas pelos interessados, assinadas pelo Chefe imediato e encaminhadas ao IDR, dentro dos prazos estabelecidos.

3.2 – Os prospectos, acima mencionados, poderão também ser solicitados ao IDR, pelos servidores e ou demais interessados, através do Setor de Relações Públicas.

3.3 – As vagas para cada turma serão em número de 25 (vinte e cinco).
3.4 – Poderão inscrever-se pessoas fisicas ou juridicas.

Relações Públicas, para realizarem um Pré-teste que constará da datilografia de:

— um texto selecionado
— uma tabela
— um documento oficial

3.6 — Só poderão participar do Treinamento os candidatos que:

— atingirem, no máximo 80 (oitenta) toques corretos por minuto na datilografia do texto;

— apresentarem dificuldades na confecção da tabela e ou datilografia do texto oficial.

3.7 — Os candidatos da Administração Direta, que forem selecionados para participar do Treinamento, terão suas inscrições confirmadas, mediante contato telefônico.

3.8 — Os demais candidatos selecionados serão convocados para efetuarem o pagamento da taxa de incrição até 03 (três) dias úteis antes do inicio das atividades, sob pena de perderem o direito à vaga.

4. VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 — Pessoas fisicas ou juridicas — Cr$ 2.500,00 por participante.

4.2 — Pessoa jurídica — Cr$ 2.000,00 por participante quando forem efetuadas acima de 05 (cinco) inscrições.

4.3 — Os servidores da Administração Direta do Distrito Federal estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição.

4.4 — Pessoas fisicas ou juridicas efetuarão o pagamento da taxa na Tesouraria do IDR.

4.5 — Entidades, Orgãos Públicos e Organizações da área privada poderão efetuar o pagamento, encaminhando ao IDR Nota de Empenho ou documento equivalente.

5. SISTEMÁTICA

O Treinamento, de caráter teórico-prático, será ministrado na sede do IDR de acordo com a seguinte sistemática:

5.1 — Estrutura curricular:

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Relações Humanas	10 horas
Prática de Datilografia	80 horas
Informações Técnicas	20 horas
Estudo Orientado pela Chefia Imediata	20 horas
TOTAL	130 horas

5.2 — O Curriculo do curso será desenvolvido durante 130 horas-aula das quais 20 horas serão destinadas a treinamento em serviço, sob a responsabilidade da chefia imediata dos treinandos, que para isto receberá orientação prévia do coordenador do curso.

5.3 — Os treinandos que não estiverem, à época do curso, vinculados a qualquer Instituição receberão no IDR o treinamento relativo a essas 20 horas.

5.4 — Os conteúdos das disciplinas a serem ministradas serão detalhados nas Matrizes do Plano de Trabalho Pedagógico.

5.5 — Na primeira semana de aula, o treinando receberá a Coletânea de Informações Técnicas-CIT, que abordará as áreas de Datilografia, Comunicação e Expressão e Correspondência, para realizar o estudo extraclasse.

5.6 — O Curso terá a duração diária de 2 horas, contudo, o treinando deverá permanecer em sala de aula por mais 02 horas, no decorrer do mesmo, durante 10 (dez) dias úteis, a fim de participar de encontros, oportunidade em que receberá orientações necessárias ao estudo e realizará as avaliações de aprendizagem.

5.7 — Cronograma Geral do Curso

ATIVIDADE	TURMA "A" 08 às 10 h	TURMA "B" 10 às 12 h
Pré-inscrição	04/03 a 09/03	01/04 a 10/04
Realização do Pré-teste	09/03	20/04
Confirmação da Inscrição e Pagamento da Taxa	10/03 a 12/03	22/04 a 27/04
Período de Execução do Curso	16/03 a 20/05	04/05 a 06/07

5.8 — As turmas para o 2° semestre 81 terão seus cronogramas divulgados através de novos prospectos a serem oportunamente encaminhados às Organizações.

6. AVALIAÇÃO

6.1 — Na última semana de Prática de Datilografia serão aplicados 03 testes, a fim de que a média de toques corretos por minuto desses testes, seja computada como resultado do Pós-teste, relativo ao texto selecionado, enquanto que a tabela e o documento oficial serão datilografados uma única vez, para efeito de atribuição de conceito.

6.2 — Aos exercicios da Coletânea de Informações Técnicas-CIT, realizados durante o treinamento, serão atribuidos conceitos de acordo com os seguintes critérios:

— RE — Rendimento Excelente	(90 a 100 pontos)
— RS — Rendimento Superior	(80 a 89 pontos)
— RM — Rendimento Médio	(60 a 79 pontos)
— SR — Sem Rendimento	(até 59 pontos)

6.3 — À disciplina Relações Humanas não será atribuido conceito, por se tratar de matéria da área comportamental com objetivos predominantemente afetivos.

6.4 — Será considerado habilitado no treinamento, para efeito de expedição de Certificado, o treinando que:

— alcançar 120 toques corretos por minuto no pós-teste de datilografia.
— obtiver, pelo menos o conceito RM:
• na confecção da tabela e na datilografia do documento oficial
• em todos os exercicios da Coletânea de Informações Técnicas-CIT
— obtiver frequência mínima de 80% às aulas ministradas em cada disciplina.

6.5 — O Treinamento será avaliado através de medida de reação aplicada sob três óticas: treinando, instrutor e coordenador.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 — Todos os avisos relativos ao Curso serão divulgados pelo INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, através do Diário Oficial do Distrito Federal.

7.2 — Serão expedidos certificados aos participantes que satisfizerem as exigências constantes do presente Edital.

7.3 — Os casos omissos, neste Edital, serão resolvidos pela Superintendente do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos-IDR.

Brasília-DF., 13 de março de 1981

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

GOVERNO DO DITRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO JUDICIÁRIO DAS SERVENTIAS NÃO OFICIALIZADAS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

AVISO Nº 021/81-IDR

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR convoca os candidatos incritos no Concurso Público para Técnico Judiciário das Serventias não Oficializadas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, conforme Edital nº 006, publicado no DODF nº 12, de 19.01.81, e no Diário da Justiça nº 13, de 20.01.81, para a Prova Escrita de Organização Judiciária, Elementos de Direito e Prática Cartorária, em data, horário e local a seguir discriminados:

— DATA: 29.03.81
— HORÁRIO: 14h
— LOCAL: UnB — Universidade de Brasília

Obs.: Os candidatos deverão comparecer ao local da prova 60 (sessenta) minutos antes do horário estabelecido, portando Cartão de Identificação, Carteira de Identidade e caneta esferográfica azul.

Brasília, 13 de março de 1981
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

AVISO AOS ACIONISTAS

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB comunica aos ACIONISTAS que se encontra à disposição dos mesmos, no edifício-sede da Empresa, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Conjunto A, nºs 67/97, nesta Capital, a documentação de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, correspondente ao exercício de 1980.

Brasília, 09 de março de 1981

A DIRETORIA

(Dias 18 e 19/03/81)